

# Trabalhadores Começam a Reagir Contra o Aumento de Preços

Amg RAR LRA

## NOVOS RUMOS Também é Vítima do FMI

A PARTIR de hoje, NOVOS RUMOS circulará apenas com um caderno, de oito páginas. É o ênus que pagamos, como parte da comunidade brasileira, à reforma cambial criada no FMI adotada pelo governo.

A REFORMA representa um golpe a tudo o que é pequeno neste país — pequeno, do ponto de vista econômico e financeiro. Um golpe para os que vivem de salários, para o pequeno comércio, para a pequena indústria. E também para os pequenos jornais.

JÁ PAGAMOS o dólar pelo papel. Os clichês também aumentaram de preço. Os fretes aéreos serão imediatamente aumentados, também quase ao dólar, em consequência da duplicação de preços dos combustíveis e dos equipamentos importados.

MESMO com as drásticas medidas de economia que agora tomamos, o custo de nosso jornal aumentou. NOVOS RUMOS já era deficitário, e o déficit agora é maior. É a razão porque renovamos e tornamos mais urgente e nesse apêlo à ajuda dos leitores.

SÓ A AJUDA dos leitores permitirá a NOVOS RUMOS enfrentar as dificuldades atuais, sem novos cortes em suas despesas — e, em consequência, na qualidade do jornal. Confiamos em que o vulto dessa ajuda será suficiente, não apenas para nos mantermos nas modestas feições de hoje, mas para que possamos rapidamente voltar aos dois cadernos, com quatorze páginas.

## NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA A GUANABARA

ANO III

Rio de Janeiro, semana de 31 de março a 6 de abril de 1961

Nº 108

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragmen Berges

# LACERDA PERDEU A PARADA POVO CARIOCA CONQUISTOU CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA

Texto na 6ª página

Bilhete de Jânio não foi pra valer

## Trustes e CNP Vetam a Importação de Petróleo Soviético

Texto na 8ª página



## Brasil (de Norte a Sul) Festejou Aniversário do PCB

NO DIA 25 de março último, o Partido Comunista de Brasil comemorou 39 anos de existência, marcada pela ação constante em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da independência e da emancipação econômica nacionais. A data, significativa da vida nacional, foi festejada em todo o país, de Norte a Sul, realizando-se atos públicos e comemorações das quais participaram milhares de pessoas. Na Guanabara o aniversário do PCB foi celebrado com uma grande festa campestre realizada no dia 26, no sítio São Bento, (fa-

to), e, no dia 28, com uma palestra proferida por Luiz Carlos Prestes, na ABI, ato presenciado por grande massa popular. Também em Niterói a data foi festejada com um ato solene realizado no Teatro Municipal da capital fluminense, ao qual estiveram presentes centenas de pessoas. Personalidades da vida política e do governo assistiram à manifestação, marcada por uma palestra de Prestes sobre a participação dos comunistas nas lutas do povo brasileiro pela conquista de sua emancipação econômica e política.

## O «DIA E» SE APROXIMA: HOMEM VIAJARA AO ESPAÇO

O PRIMEIRO viajante do espaço será jovem e robusto, com perfeito equilíbrio nervoso e emotivo. E será homem. A essas conclusões já chegaram os cientistas soviéticos que, em entrevista concedida no dia 28, quando apresentaram à imprensa «Negrinha» e «Estrelinha» (passageiras das duas naves espaciais lançadas nas últimas semanas), anunciaram que a URSS já dispõe de todos os elementos materiais capazes de assegurar a voo bem sucedido do homem ao cosmos. As declarações for-

muladas pelo sábio Tephtiev, presidente da Academia de Ciências da URSS, e pelo professor Chernijovsky não deixam dúvidas quanto à proximidade do que poderíamos chamar «Dia E». O segundo cientista, falando aos jornalistas sobre os resultados obtidos com o lançamento e recuperação da nave espacial posta em órbita no dia 24 último, anunciou para dentro em pouco a ocorrência de um acontecimento muitíssimo mais transcendental que o voo recente de «Estrelinha».

## 120 Mil Bancários Preparam Sua II Convenção Nacional

Texto na 2ª página

## Caminho Certo

ORLANDO BOMFIM JR.

O ESTABELECIMENTO de relações diplomáticas com a Hungria, a Bulgária e a Romênia é motivo de festas para nosso povo. Corresponde à concretização de um anseio que se tornava veemente e que vinha sendo manifestado de longa data, com o vigor de uma reivindicação. Tem, por isso, o significado de uma vitória.

ISTO evidentemente não quer dizer que já se pode dormir sobre os lauros. Ao contrário. O passo dado deve servir de estímulo a que novos passos sejam dados, pois não é curta o caminho pela frente e também é certo que os obscurantistas continuarão a forjar trapecos e embaraços. Sendo embora de inegável importância, o ato formal do restabelecimento por si só não basta. As relações com os três florescentes países socialistas devem produzir todos os seus frutos, numa efetiva aproximação de povos que se materialize em sólida amizade e em trocas mutuamente vantajosas de benefícios materiais e espirituais. Por outro lado, a integração do Brasil na realidade do mundo não pode parar. Nosso atraso, na verdade, é que surpreende. E o momento é agora mais do que nunca oportuno para a movimentação das massas no sentido da luta pela completa atualização de nossa política externa, estabelecendo-se relações diplomáticas também com a União Soviética, a República Popular da China, a República Democrática Alemã. Mais ainda. Uma política externa independente, isto é, inspirada em nossos próprios interesses nacionais, conduz de maneira inevitável a uma posição de apoio à luta dos povos empenhados em conquistar ou preservar sua independência. Está nesse caso a defesa — que devemos tomar em nossas mãos como se fosse coisa nossa — da revolução cubana e do governo revolucionário de Fidel Castro.

COUBE ao sr. Jânio Quadros a iniciativa do ato de restabelecer relações com a Hungria, Bulgária e Romênia. Foram também anunciados alguns outros propósitos, igualmente positivos, quanto à orientação da política exterior do governo. Em declarações à «Prensa

Latina», afirmou o presidente da República que se opõe a uma intervenção nos negócios internos de Cuba. Muito bem. Nisso tudo os comunistas só vêem motivos para intensificar, junto às massas, a luta organizada pelos objetivos traçados na Resolução que recentemente adotaram. E não perdem de vista a essência antipopular e antinacional da política do governo. Mesmo porque a reforma cambial iniciada vale por uma confissão.

SE NÃO bastasse o que já foi dito, temos agora a palavra de dois homens no caso insuspeitos. O sr. Augusto Frederico Schmidt, em artigo, afirmou que o chamado «câmbio real» foi estabelecido «exatamente para propiciar a vinda dos vultosos investimentos de que carecemos urgentemente». O sr. Roberto Campos, em entrevista à imprensa italiana, disse que a desvalorização do cruzeiro (consequência da Instrução 204) «não terá senão efeitos favoráveis sobre os investimentos de capitais estrangeiros no Brasil». Eis aí, pois, a quem se pretende beneficiar com a «austeridade» do sr. Jânio Quadros. E também está claro a quem se pretende prejudicar. Se, por um lado, sacrifica-se a economia nacional, submetendo-a mais ainda à ação espoliadora dos monopólios estrangeiros; por outro lado escorcha-se o povo com a subida vertiginosa dos preços. Diante disso, não é possível ficar-se de braços cruzados. Nem bater palmas. Os trabalhadores já estão, aliás, mostrando o que se deve fazer. Em diversos Estados, organizam a luta contra as desastrosas consequências da reforma cambial, compreendendo que a defesa do seu nível de vida não constitui apenas um direito, mas um dever. O combate à carestia se coloca, portanto, como necessidade premente para as grandes massas que vivem de salários e vencimentos fixos.

ASSIM OS comunistas, diante dos acontecimentos, só possuem motivos para fortalecer sua convicção de que seguem um caminho certo. Por ele também nosso povo seguirá. O que cabe é apertar o passo. Junto e à frente do povo.

## Marítimos Protestam Contra o Desemprego

MILHARES de trabalhadores marítimos, desempregados e ameaçados de desemprego, promoveram uma grande concentração na última terça-feira, em frente ao Ministério do Trabalho, exigindo do governo a adoção de medidas destinadas ao incentivo da construção naval e a garantia de emprego dos trabalhadores. Os manifestantes, liderados pelo Sindicato dos Operários Navais e pela Federação Nacional dos Marítimos, exigiram, ainda, o cumprimento do Plano de Classificação, o pagamento da paridade e o cumprimento do contrato coletivo de trabalho. A luta dos marítimos contra o desemprego já determinou uma importante vitória, que foi a revogação da demissão de cerca de 500 trabalhadores do Lóide e da Costeira que, em conformidade com o decreto do presidente Jânio Quadros, seriam demitidos no dia 31 do corrente. O ministro do Trabalho, sr. Castro Neves, prometeu levar as reivindicações dos marítimos a conhecimento do presidente da República. Na foto, um aspecto da manifestação.

## Missão Militar Lanque Fotografava Arquivos da Petrobrás

Texto na 8ª página

## CAMPANHA PELOS 40% CONGREGA MÉDICOS, ENGENHEIROS E DENTISTAS

Texto na 6ª página

## Deputados e Líderes Sindicais: Legalidade do Partido Comunista

# 120 Mil Bancários Preparam Sua II Convenção Nacional

Cerca de 120 mil bancários estão sendo mobilizados em todo o país para a II Convenção Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, que se realizará de 8 a 13 de maio de corrente, no Estado da Guanabara. Convocados por sua Confederação, os bancários brasileiros debaterão assuntos relacionados com as suas condições de trabalho, com os problemas nacionais e da Previdência Social. Precedida de várias convenções regionais, a II Convenção dos Bancários se salienta como um dos mais importantes acontecimentos na vida sindical brasileira neste primeiro semestre de 1961.

## «Um passo à frente»

A propósito do conclave, nossa reportagem ouviu o dirigente sindical Huberto Menezes Pinheiro, presidente do CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito), que declarou:

«Considero que a II Convenção será um passo à frente na formulação de soluções para os inúmeros problemas da nossa classe, dentre os quais se salienta o do Contrato Coletivo de Trabalho. Com efeito, acrescenta o líder bancário, a conduta dos banqueiros, expressa no Congresso Nacional dos Bancos, negando-se a discutir o assunto com os bancários, impede-nos um reexame da questão. A luta pela conquista do CCT, nestes últimos anos, forneceu-nos as experiências necessárias para que assemosmos novos direitos para, com serenidade, segurança e energia, enfrentarmos a luta pela solução do problema.»

## Defesa das seis horas

A determinação do presidente da República, mandando estender o horário de trabalho do funcionalismo de seis para sete horas em dois turnos, teve sérias reflexões na comunidade bancária, cujos empregadores voltaram à carga, tentando também modificar o regime de trabalho dos bancários. A propósito, esclarece o presidente do CONTEC:

«A nossa Convenção discutirá esse problema e adotará, naturalmente, as medidas necessárias à defesa da Lei de seis horas corridas de trabalho, que está sendo objeto de uma nova ofensiva patronal, em conformidade com as resoluções do seu Congresso, e agora estimulada pelas determinações governamentais para o funcionalismo público. Cumprir-nos, ainda, unificar esforços para conseguirmos uma legislação capaz de permitir uma real fiscalização das leis trabalhistas, particularmente no que se refere ao trabalho da mulher e do menor, para que as nossas conquistas não permaneçam como letra morta.»

## Previdência social

«No campo da Previdência Social, será grande a distinção entre o nosso próximo encontro nacional e vários outros anteriormente realizados», declarou o presidente do CONTEC, acrescentando: «No passado, a direção do IAPB comparava a nossos convênios com personalidades estranhas. Era cheio de descrença que apresentávamos a ela as nossas reivindicações, pois sabíamos que o seu objetivo era

a divisão do movimento sindical, para mais facilmente manobrar os recursos de instituição, em proveito de interesses próprios e não corporação.»

«Em nossa próxima Convenção, prossegue o líder bancário, a Administração do Instituto — integrada por autênticos sindicalistas e contando com a participação de representantes dos patrões e do Governo, imbuída de alto espírito de colaboração com a nossa classe — se apresentará ao conclave como participante ativo, disposto a estudar e debater soluções adequadas para os problemas ventilados. Por outro lado, os nossos representantes no IAPB comparecerão à II Convenção para prestar contas do mandato que receberam dos bancários e seguritários.»

## Nova conduta face ao IAPB

«Já agora, prossegue o presidente do CONTEC, não nos cabe apreciar o Instituto como antes se nos apresentava: um órgão manipulado por indivíduos desinteressados da sorte de nossa classe, empenhados em extrair proveitos próprios ou vantagens para os grupos a eles ligados. Desemendas já não se verificam ali. Nem irregularidades. Nem dilapidações. A situação passada levou toda a classe a uma posição de revolta e descrença. As reivindicações de muitos grupos e indivíduos sofriram uma distorção inevitável. Incrédulos da possibilidade de adoção de critérios justos e honestos na distribuição de benefícios, muitos eram forçados a solicitar favores, ao invés de pleitear direitos. O regime de pistoleio substituiu as normas e regulamentos, es-

timulando o desinteresse pela sorte da coletividade, pela convicção de que nada ali objetivava o bem comum.»

## Esforço pelo bem de todos

«Mas o panorama atual é outro, muito diferente — prossegue Huberto Menezes Pinheiro. Os companheiros que se encontram à frente do IAPB constituem uma equipe inteiramente dedicada à nossa causa. É uma equipe composta de homens provados em longos anos de lutas e campanhas, e contra os quais jamais foi possível apontar delícias, mesmo as mais perdáveis. «Não se trata, portanto, de exigir pura e simplesmente, mas de examinar, em conjunto, o modo pelo qual se parará em execução providências que correspondam ao atendimento de nossas necessidades. Já não podemos admitir e beneficiamento de um ou mais grupos em detrimento de outros. Também não podemos pleitear e que não possa ser dado a todos, em igualdade de condições.»

«Um dos objetivos da nossa II Convenção, acrescenta o líder bancário, será a adoção de critérios e planos que nos garantam a justa distribuição de benefícios e vantagens. Esses critérios e planos serão tanto mais justos e vantajosos se, ao elaborá-los, tivermos capacidade de nos ater às necessidades coletivas, e de relegar o segundo plano os interesses de indivíduos e grupos. As vantagens daí resultantes beneficiarão a todos. Por outro lado, acrescenta, penso que não devemos manter ilusões quanto à satisfação plena de nossas necessidades. Devemos e podemos, isso sim, manter fundadas esperanças de que com a moralidade administrativa, sobriedade de gastos e espírito empreendedor, que não faltam à nossa classe, alcançaremos uma justa distribuição de benefícios e uma honesta aplicação dos recursos do Instituto em favor da coletividade que labora nas empresas de crédito.»

## Uma nova política no IAPB

«Aliás, prossegue o nosso entrevistado, a Administração do IAPB, dando provas de sua justa compreensão quanto aos objetivos de nosso conclave, terá realizado, nos dias 12 e 13 de maio próximo, uma reunião dos membros do JJR (Junta de Julgamento e Revisão), ou seja, delegados e representantes de empregados e de empregadores. Tal encontro, que se realizará logo após os representantes sindicais se terem reunido e acertado pontos de vista sobre os assuntos em pauta, há de ser, por certo, de grande proveito. A Administração do IAPB visca, ainda, unificar, pela troca de experiências, a atuação das Juntas e Delegacias, num entrosamento que resultará em melhor atendimento de nossa classe.»

«Assim, após a II Convenção, partiremos, unidos e coordenados em todo o país, para a cabal efetivação das resoluções aprovadas. Eis, em linhas gerais, conclui o presidente do CONTEC, as razões que nos levam a afirmar que a II Convenção será um decisivo passo à frente para a melhoria das nossas condições de vida e de trabalho.»

## LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA: Dirigentes Sindicais Fluminenses Dirigem-se à Assembléia Legislativa

Subscrito por dezenas de dirigentes sindicais do Estado do Rio acaba de ser enviado à Assembléia Legislativa daquele Estado um abaixo-assinado pela legalidade do Partido Comunista do Brasil. É o seguinte o texto do documento:

«Sr. deputados à Assembléia Legislativa do Estado do Rio: — Os líderes sindicais e dirigentes lavradores fluminenses, abaixo-assinados, comprometidos das doutrinas que lhe impõe a Constituição Federal, na qualidade de cidadãos e representantes de trabalhadores, vêm manifestar a Vossa Excelência seu apoio à Moção de autoria do deputado udonista Carlos Quintela, ora em fase de discussão nessa magna assembleia, dirigindo-se ao presidente da República, ao Poder Judiciário e ao Congresso Nacional, no sentido de ser rotundamente e legalmente do Partido Comunista do Brasil. A Moção do eminente deputado Carlos Quintela, com o apoio da maioria dos sr. deputados fluminenses, vem, na verdade, ao encontro dos legítimos interesses da Democracia brasileira, de seu real funcionamento e de seu crescente aprimoramento, sendo reclamada pela unanimidade dos trabalhadores e dos mais variados setores da opinião pública nacional. Niterói, 21 de março de 1961.

Assinados: Ayrton do Castro — presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio; João Antônio Alberto Júnior — Pres. Fed. dos

## Conferência de Prestes em Niterói

Grande afilência popular marcou a promoção da NOVOS RUMOS no Teatro Municipal da capital fluminense, dia 27, quando Luis Carlos Prestes pronunciou importante conferência sobre o significado da reunião realizada em Niterói pelos representantes de 31 partidos comunistas e operários. O ato, parte das comemorações do 39.º aniversário do PCB, contou também com a presença de inúmeras personalidades e autoridades locais, entre as quais destacamos: os deputados federais Jonas Bahiense Lira e José Silveira, os deputados estaduais Teodoro Gouveia de Azevedo — secretário de Segurança Pública — Nicmar Campanário, José Carlos Coelho, que na ocasião também representava o ministro Badeg Silveira, presidente do PTB, e Abel Nascimento de Menezes.

Além disso, ouviram a palavra de Prestes numerosos vereadores e líderes e dirigentes sindicais, assim como representantes de inúmeras associações populares.

## Marítimos dão festa

No dia 2 de abril, realizou-se, a partir das 9 horas da manhã, no Saco de São Francisco, na praia Charitas, em Niterói, um agradável piquenique à beira-mar, organizado pela «Liga Marítima». Banho de mar, baile, jogo de futebol e outras diversões, concurso de rainha da festa, barracas com comestíveis diversos são algumas das atrações.

# Aposentados e Pensionistas Gaúchos Realizarão Convenção: Aplicação da Lei Orgânica

Todos os representantes das trabalhadoras nas Juntas de Julgamento e Revisão das Delegacias Regionais dos Institutos de Aposentadoria do Rio Grande do Sul acabam de convocar a I Convenção Gaúcha dos Aposentados e Pensionistas. O conclave se realizará nos dias 8 e 9 de abril próximo, em Porto Alegre.

## Eliminação da miséria

A propósito da convenção, os seus organizadores lançaram uma convocatória, na qual salientam: «Há obras de uma missão que prometemos a Lei Orgânica da Previdência Social, essa grande conquista dos trabalhadores brasileiros. No entanto, até agora vem sendo travada a sua aplicação, e os aposentados e pensionistas continuam na mesma situação de miséria e desespero anteriormente existente. Conçitemos como a assistência médica em

todos os hospitais, novas tipos de auxílio e melhoria nos critérios de benefícios, vêm sendo e são asseguradas.»

«A quase totalidade dos aposentados continua a receber a insignificante soma de Cr\$ 3.500,00 mensais. Os pensionistas, em sua maioria, ganham apenas Cr\$ 1.750,00 mensais, e muitos deles a metade dessa importância. Tudo isso por motivo da injustiça e arbitrariedade na concessão de reajustamento dos benefícios mínimos, garantidos pela decreto 7.835 e pelo artigo 102 da Lei Orgânica da Previdência.»

## Condição de pedintes

«Os associados dos Institutos continuam a ser tratados como verdadeiros pedintes e não como clientes que pagam voluntariamente os serviços e auxílios.»

«Para melhorar esse estado de coi-

sas só resta uma arma, firme e convulsiva, — a união. Só organizados em associação é que os aposentados e pensionistas poderão fazer com que sua voz seja ouvida. Daí a razão de ter sido convocada a I Convenção Gaúcha dos Aposentados e Pensionistas. Vamos não discutir ócios assuntos de grande importância para cada um. Vamos procurar soluções. Vamos existir um tratamento mais humano. Vamos nos organizar e planejar nossa luta.»

Participarão pela membros profissionais das Juntas de Julgamento e Revisão, pelas federações sindicais e pelo Conselho Estadual dos Trabalhadores, e a Convenção abordará os seguintes temas: a) reajustamento dos benefícios mínimos; b) aplicação da Lei Orgânica da Previdência Social; c) organização dos aposentados e pensionistas.

Participarão da Convenção: a) os membros das JJR; b) as delegações de aposentados e pensionistas dos municípios, até o máximo de cinco delegados para cada grupo de dois mil aposentados; c) um representante de cada organização profissional.

Embora sem direito a voto, poderão participar da Convenção como colaboradores: a) as autoridades; b) as organizações estudantis e populares; c) os advogados sindicais; d) os servidores previdenciários; e) outras pessoas e entidades que desejarem colaborar para o êxito da Convenção.

A escolha das delegações municipais deverá ser feita em assembleia ou reunião de aposentados e pensionistas de cada município, convocada pelos sindicatos ou pelas pessoas ou entidades credenciadas pela Comissão de Organização. A convocatória é assinada pelos representantes dos trabalhadores nas JJR de todas as Delegacias Regionais do IAPB, sediadas em Porto Alegre. A sede da Comissão está instalada na rua General Câmara, 317, 2º andar.

## Metalúrgicos de Minas preparam Congresso

Reunidos no dia 14 último, os representantes de quase todas as sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos de Minas Gerais aprovaram as seguintes medidas para a realização do V Congresso de Metalúrgicos do Estado: realizar a primeira concentração de líderes metalúrgicos, preparatória do congresso no próximo dia 9 de abril, data consagrada ao trabalhador metalúrgico, na Colônia de Férias que a Federação está construindo em Catê; decidir nessa concentração sobre o local e a data da realização do V Congresso, que deverá ser iniciada ainda este ano; dar toda a ajuda à Comissão Organizadora do III Congresso Nacional de Metalúrgicos, que será realizado em Minas, no próximo mês de julho.

Na mesma reunião, deu-se a conhecer que a Federação dos Metalúrgicos enviara documento ao presidente da República sobre a campanha por ela encetada em 1958 pelo reconhecimento para efeito do salário mínimo no Estado,

## BATALHA SALARIAL EM MINAS Comerciais, Metalúrgicos e Têxteis Lutam Por Aumento

Belo Horizonte, março (da Sucursal) — Contra a exploração brutal a que estão submetidos, os 15 mil comercia-

## NA SEDE DOS BANCARIOS Encontro do Ministro Com Dirigentes Sindicais

No próximo dia 11, na sede do Sindicato dos Bancários, haverá um encontro, promovido pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais, entre os líderes sindicais cariocas e o ministro do Trabalho, sr. Castro Neves.

A CPOS, que reúne, atualmente, representantes de 32 entidades sindicais na Guanabara, convocou uma reunião plenária para o próximo dia 4, em sua sede provisória, no Palácio do Metalúrgico. O plenário da CPOS é composto de delegados eleitos pelas categorias profissionais filiadas à entidade.

Na reunião, esses representantes debaterão os problemas das suas entidades, além dos problemas gerais do movimento sindical, e elaborarão a agenda dos assuntos que deverão ser levados a debate com o Ministro do Trabalho, na audiência programada para o próximo dia 11.

Outro assunto a ser debatido na reunião do dia 4 são as comemorações do Primeiro de Maio. Está praticamente decidida a realização de uma grande concentração de trabalhadores na Praça da Bandeira, onde terá lugar um

# Renovar e Democratizar a CNTI

ROBERTO MORENA

A convocação dos Conselhos Regionais Consultivos da CNTI pela presidência desse órgão confederativo, para o próximo dia 13 de abril, constitui uma vitória das organizações da base do movimento operário e dos sindicatos. Essas reuniões estavam proibidas ao suspensas pelo presidente da CNTI, que para isso se valia de disposições burocráticas dos Estatutos, cujo artigo 39 atribui ao presidente poderes superiores à Diretoria e ao próprio Conselho de Representantes.

As atividades do CRC da CNTI do Estado da Guanabara, alcançaram êxito na mobilização e unidade dos trabalhadores. Sob sua inspiração e organização realizaram-se os três Conclaves de trabalhadores de nosso Estado. Nas suas reuniões se debateram muitas questões e se foram estreitando os laços comuns dos sindicatos industriários.

A suspensão de suas atividades e as medidas reacionárias e divisionistas da direção da CNTI, procurando criar um grupo de sindicatos «livres e democráticos», têm tido reflexos negativos na luta dos trabalhadores por suas reivindicações e seus direitos. O exemplo mais frizante é a situação que atravessa a Delegacia Regional do IAPI do Estado da Guanabara, que pela posição divisionista da Delegacia Regional da CNTI tem permitido e mesmo incentivado a ação partidária do delegado regional do IAPI e entorpecido a atividade do JJR.

As reuniões dos CRC da CNTI, no dia 13, deve merecer a maior atenção de todos os dirigentes e militantes dos sindicatos industriários. Sabe-se muito bem como agem os delegados regionais da CNTI, homens de confiança e designados pela presidência da CNTI: não convocam os CRC e quando se reclama seu funcionamento tomam medidas repressivas e reacionárias.

Para que a CNTI não seja apenas propriedade de sua direção restrita ou de sua presidência é necessário que os sindicatos dos industriários exijam sua

dinamização e que se esteja uma direção coletiva para que não fiquem somente nas mãos e à disposição dos delegados regionais.

A CNTI, por intermédio de sua direção restrita, desde 1º de Maio do ano passado e durante a realização do 3º Congresso Sindical Nacional, foi se afastando dos trabalhadores, seguindo a orientação divisionista da CIO-S-ORIT, abandonando completamente os interesses dos trabalhadores industriários e do proletariado em geral.

Neste momento, quando uma nova onda de aumentos se levanta, anulando, como já se pode observar, o salário mínimo majorado em 18 de outubro do ano passado e os acordos salariais que se vão processando, enquanto nenhuma medida se toma ou se pensa tomar contra o que enriquecem com o suor dos trabalhadores e com a inflação — nesse momento urge a mobilização de todos os sindicatos e dos órgãos federativos e confederativos.

Cabe, em primeiro lugar, aos trabalhadores industriários, mais numerosos e melhor organizados, tomar posição imediatamente contra as ruinosas consequências da Instrução 204 da SUMOC, sobre a combalida economia da família proletária.

As reuniões e a reativação dos CRC da CNTI, devem ser uma grande preocupação dos dirigentes sindicais. É preciso que não se permita que essa decisão deixe de ser levada à prática, pela posição dos dirigentes desses órgãos regionais da CNTI.

É preciso dar uma vida diferente à CNTI. Renová-la, modificar seus Estatutos, sua direção e seu Conselho de Representantes, para que seja de fato um organismo a serviço dos trabalhadores.

Que sejam as reuniões dos CRC da CNTI, do dia 13 de abril vindouro, uma retomada do caminho de sua democratização e sua renovação, para que cumpra a finalidade destinada a uma autêntica Confederação de trabalhadores.

Ajuda a NOVOS RUMOS	
Petrópolis .....	6.860,00
Niterói (coleta feita durante Conf. de Prestes) .....	6.018,00
Gávea .....	300,00
Camocim (Centr) .....	680,00
Clóvis Barbosa (Centr) .....	450,00
Marliola (Bonsucesso) .....	400,00
Nova Friburgo .....	400,00
Jacarepaguá .....	500,00
Batista .....	50,00
	15.058,00

## Indústria têxtil

Os trabalhadores têxteis de Curvelo, Pedro Leopoldo e Itaúna (cerca de 5 000), iniciaram a luta pela conquista de novos aumentos de salários. Em Pedro Leopoldo o nível exigido é de 40%, os têxteis de Itaúna e Curvelo realizarão assembleias próximamente para decidir sobre o quantum a ser pedido.

Por outro lado os trabalhadores têxteis da cidade de Peri-Peri iniciaram campanha para conseguir receber os salários atrasados.

**Metalúrgicos**  
Os 1 500 trabalhadores metalúrgicos da Cia. Brasileira de Utens. Metalúrgicos de Baía da Condição, estão reivindicando aumento salarial de 35%. Uma contra-proposta da empresa já foi rejeitada [27/3], mas as negociações para um acordo prosseguem.

# TRABALHADORES COMEÇAM A REAGIR CONTRA AUMENTO DE PREÇOS

Mais cedo do que alguns esperavam os desastrosos efeitos da chamada «verdade cambial» do sr. Jânio Quadros estão se fazendo sentir sobre os trabalhadores e o povo. O falso otimismo dos porta-vozes do governo, que anunciavam não poder a reforma cambial resultar em um considerável aumento dos preços, ficou reduzido a nada em poucas semanas apenas. O salário real já é, hoje, bastante menor do que era há poucos dias. A grande massa de empregados e funcionários públicos teve igualmente reduzido de modo sensível a sua capacidade aquisitiva. E o desemprego, que de início aparecia como uma ameaça, já é uma realidade em relação a parte do funcionalismo e em lugares como Brasília, onde foram interrompidas várias obras ou diminuído o ritmo de sua realização, em virtude do aumento de preços dos fretes rodoviários e materiais de construção. Na capital do país o número de desempregados já se eleva a mais de 20 mil.

## Novos Aumentos

Na última semana, houve no Rio aumento de preço do pão, da farinha de trigo, da gasolina, querosene e óleo diesel, do macarrão, etc. Logo em seguida, verificou-se a es-

perante elevação do preço do gás engarrafado — de quase 100 por cento —, de verduras e legumes, etc. E já está em pauta uma série de outras majorações a serem aprovadas nos próximos dias. Os proprietários de ônibus, taxis e lotações estão exigindo imediato aumento. No transporte marítimo e ferroviário está sendo aguardada uma enorme majoração de tarifas. E outros aumentos virão breves: do leite, da carne e, logo mais, em cadeia, de todos os gêneros.

Em São Paulo, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros anuncia que, segundo decreto já assinado pelo governador Carvalho Pinto, será majorada em 10% a passagem nos ônibus intermunicipais. Quanto aos ônibus particulares, acompanhariam a tabela da CMTC, só sendo possível manter as tarifas atuais no caso de o Governo decidir arcar com os seus déficits. Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carga vai promover uma reunião para tratar do aumento do frete, uma vez que as companhias fornecedoras de peças já lhe comunicaram que os preços serão aumentados, além do que já se verifica no setor dos combustíveis. No Mercado Municipal e nas feiras livres, as frutas, verduras e legumes tiveram

os preços aumentados entre 40 e 60 por cento. A banha de porco teve uma majoração de 200 por cento, enquanto o bupão de gás está custando 508 cruzeiros. Os motoristas de taxis estão pleiteando até 80 por cento. E o pão está sendo vendido a 52 cruzeiros o quilo.

Em Belo Horizonte, o pão passou de 30 para 56 cruzeiros o quilo e o gás de 370 para 555 cruzeiros o botijão. Os proprietários de ônibus e lotações já estão exigindo um aumento de 40 por cento nas tarifas. No Ceará, subiram em proporção alarmante os preços de vários gêneros, sobretudo o pão. Também os transportes coletivos.

Em todo o país, enfim, recaem de forma brutal sobre os ombros dos trabalhadores e do povo as consequências da reforma cambial feita por Jânio Quadros e Clemente Mariani, atendendo às imposições do Fundo Monetário Internacional. E, como se isso fosse pouco, decidiu o sr. Quadros liberar em 50 por cento as taxas e anuidades escolares.

## Trabalhadores reagem

Entretanto, e apesar das ameaças, por enquanto veladas, que têm sido feitas pelo presidente da República e seu ministro do Trabalho, também não se fez esperar a rea-

ção dos trabalhadores contra a política de esmorecimento resultante da submissão do governo Jânio ao FMI. Já se foi o tempo em que a classe operária cruzava os braços ou vacilava em reagir diante dos assaltos ao seu salário. Os trabalhadores compreenderam, rapidamente, que é necessário travar a luta contra a Instrução 204 e a orientação liberalizante do sr. Jânio Quadros no terreno econômico-financeiro.

Em São Paulo, o Conselho Sindical, órgão que reúne a quase totalidade dos sindicatos bandeirantes, está preparando uma importante reunião para esta semana. Pretendem os dirigentes sindicais paulistas iniciar um vigoroso movimento de protesto contra a reforma cambial e o aumento do custo de vida dela decorrente. Os próprios líderes de sindicatos que apóiam a política do sr. Jânio Quadros não escondem sua insatisfação diante das medidas adotadas pelo presidente da República, assim como em face das recentes declarações feitas pelo ministro Castro Neves considerando «inopertunas» as greves.

Já em Belo Horizonte a Comissão Executiva do Congresso dos Trabalhadores, reunida extraordinariamente no dia 25, decidiu por

unanimidade condenar a política cambial do governo e dar começo, imediatamente, à luta pelo aumento de salário. Declarando que a carestia não será combatida com «a adoção de medidas sentimentais», a Comissão fez um apelo aos trabalhadores mineiros para que participem da grande assembleia a realizar-se no dia 4 de abril, quando será marcado o «Dia do Protesto e da Omissão». O órgão unificador do movimento sindical de Minas conclamou também à luta pela aprovação do projeto de redução para 6 horas da jornada de trabalho e pela aplicação de medidas contra a ameaça de desemprego. O «Dia do Protesto e da Omissão» será uma grande manifestação contra a onda aumentista provocada pela reforma cambial. Nesse dia ninguém fará compras. O «Dia de Protesto» será precedido de consultas à CNTI e outras organizações sindicais em diversos Estados, assim como de um apelo ao governo federal para que tome imediatas providências contra a elevação dos preços.

De outras regiões do país chegam notícias sobre a oposição que vem encontrando em todos os círculos a reforma cambial do FMI. Na Assembleia Estadual de Alagoas, a Instrução 204 despertou enérgicos protestos de representantes de vários partidos. Os deputados Ulisses Botelho, Luiz Coutinho, Armando Soares, Antônio Gomes e Mendes de Barros denunciaram vigorosamente o sentido antipopular

da política econômica do sr. Jânio Quadros. «Jânio será odiado por que quer matar o povo de fome», afirmou da tribuna o deputado Mendes de Barros.

## Demagogia nada resolve

Com enorme alarde vêm sendo anunciadas «medidas» do governo para conter a alta dos preços. Segundo alguns jornais, o sr. Jânio Quadros teria sido surpreendido com o nível já alcançado por essas majorações, embora muito antes de ser decretada a reforma cambial as forças nacionalistas, inclusive este jornal, deixassem bem claro que a política do FMI só poderia levar à fome ainda maior dos trabalhadores e do povo brasileiro. Ninguém, muito menos o governo, pode portanto falar em surpresa. Eles sabiam muito bem o que estavam fazendo. Nem pode, agora, pretender ludir o povo com demagógicas promessas de medidas contra a exploração, quando todos sabem que a causa fundamental do aumento da carestia está na orientação seguida pelo governo, em sua política econômico-financeira, em sua recente reforma cambial. A única medida realmente efetiva que pode ser tomada pelo governo contra o aumento de preços e a rebaixa do salário real é a revogação dessa política e a adoção de rumos novos, independentes e nacionalistas, voltados para os interesses do desenvolvimento econômico e do povo.

# Resolução Dos Comunistas Sobre a Declaração da Conferência de Moscou

Os comunistas brasileiros adotam sobre a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários recentemente realizada em Moscou, a seguinte resolução:

«Os comunistas brasileiros consideram que a Conferência dos oitenta e um Partidos Comunistas e Operários, recentemente realizada em Moscou, constitui uma das mais importantes reuniões até hoje realizadas, da vanguarda do proletariado internacional, tanto pela amplitude de sua representação como pela análise dos grandes problemas de nossa época, pelas contribuições criadoras que traz o marxismo-leninismo e pelas grandiosas perspectivas que abre ao movimento comunista mundial.

Aprovando a atividade de sua delegação àquela conclave, os comunistas brasileiros expressam a sua integral concordância com as justas conclusões da Conferência, refletidas em seus documentos: a Declaração e o Apelo aos Povos. Seu primeiro e mais importan-

te resultado foi o fortalecimento ainda maior da unidade de todos os Partidos Comunistas e Operários e entre os países do campo socialista. Ao mesmo tempo, a Conferência confirma e desenvolve as teses da Declaração de Novembro de 1957 e as enriquece com a interpretação científica de novos aspectos da realidade econômica e política de nossos dias. É o caso da definição do caráter da época atual; da nova fase da crise geral do capitalismo; da nova etapa de desenvolvimento do sistema socialista mundial, diante do qual se abrem as imensas perspectivas do comunismo; da possibilidade que surge de conjurar o perigo do desencadeamento de uma guerra mundial atômica e banir-se a guerra da vida da sociedade, mesmo antes da vitória completa do socialismo; do significado histórico do desmoronamento do sistema de escravidão colonial; do caráter do Estado independente de democracia nacional; dos caminhos para o socialismo e a importância da

unidade nacional e internacional do movimento comunista.

A Conferência deu novas armas teóricas e indicou tarefas precisas ao movimento comunista internacional. A Declaração por ela aprovada unanimemente é, hoje, a carta programática dos comunistas do mundo inteiro. As questões concretas da luta pela paz, pela democracia, pela emancipação nacional e o socialismo, são ali apresentadas à base de toda a experiência mais recente e da realidade em que vivemos. A denúncia do imperialismo norte-americano como o grande explorador internacional dos povos, como base principal da reação mundial e do colonialismo, faz com que contra ele se voltem cada vez mais os trabalhadores e os povos do mundo inteiro. A Declaração reafirma a necessidade da mais ampla união das forças capazes de defender a paz, de lutar pela independência nacional, pelas liberdades democráticas, contra o imperialismo e as sobrevivências do feudalismo. Os povos

conquistam êxitos sempre que são capazes de reunir, numa ampla frente única, todas as forças patrióticas da nação, na base da unidade da classe operária e da aliança operária e camponesa. A criação de Estados independentes de democracia nacional apresenta-se como uma nova perspectiva de desenvolvimento.

A Declaração insiste sobre a importância da unidade das fileiras dos partidos marxistas-leninistas, à base do respeito aos princípios do centralismo democrático; e mostra que, continuando a ser o revisionismo, no plano internacional, o perigo mais grave, a luta em duas frentes — contra o revisionismo e contra o dogmatismo e o sectarismo — deve ser constante preocupação dos comunistas.

Os comunistas brasileiros consideram que o estudo, a assimilação e a aplicação da recente Declaração de Moscou às condições de nosso país, ajudarão poderosamente o PCB a pôr em prática a linha política aprovada em nosso V Congresso. Seu estudo por todo o Partido torna-se, assim, ainda mais atual e necessário.

Os comunistas consideram que estudando e debatendo a Declaração com espírito autocrítico, é seu dever fazer tudo quanto esteja a seu alcance para impulsionar a luta específica pela paz, pela libertação nacional, em defesa da revolução cubana, a propaganda do socialismo e da doutrina marxista-leninista e o fortalecimento orgânico, político e ideológico do Partido.»

## Nota Econômica

# MARIANI PROMETE CARESTIA CONTROLADA...

Não faz sequer uma quinzena que foi batizada a Instrução 204 da SUMOC, consumando uma séria desvalorização da nossa moeda e dando um largo passo no sentido da completa liberalização cambial. Conforme prevíamos desde o primeiro momento, apesar das declarações «otimistas» com que o sr. Jânio Quadros procurou douar a pílula de reforma, o custo da vida iniciou um novo salto, que elevará os preços a novas alturas. Dole por como? «No máximo quatro por cento?» A realidade está sendo bem outra. A Instrução 204 e a política de câmbio anunciada pelo governo realmente deflagraram um novo e violento processo inflacionário, cuja extensão ainda é muito difícil prever.

Haveria, porém, nisto qualquer originalidade ou excepcionalidade? Por acaso as coisas se passaram de modo diferente no Chile, na Argentina ou em qualquer outro país subdesenvolvido ao qual tenha sido imposto o «diktat» do FMI?

De tal maneira, a entrevista concedida sábado último em São Paulo pelo ministro da Fazenda é um primor de mistificação, inútil tentativa de querer tapar o sol com uma peneira. Que disse, em síntese, o ministro? Não podendo ocultar que os preços estão subindo, que vão subir mais, pôs em circulação a seguinte tese: sem as modificações cambiais, os aumentos de preços continuariam sendo descontrolados, ao passo que agora o governo teria meios de submeter os aumentos a um controle... Mas, que tipo de controle? Como se sabe, o governo é mesmo da «liberdade» do mercado e se prepara para extinguir a COFAP. O controle, no entendimento do sr. Mariani, far-se-á pelo jogo dos fatores puramente econômicos, espontaneamente... E o mecanismo é o seguinte: o governo, através da elevação do câmbio de custo, do aumento da arrecadação do imposto único sobre combustíveis líquidos, da majoração do dólar-fiscal, etc. terá um aumento da arrecadação da ordem de mais de 150 bilhões de cruzeiros. Esse dinheiro, segundo o ministro, evitará a necessidade das emissões e, assim, o aumento do custo de vida será controlado, ou, pelo menos, atenuado.

Sucedem que esses 150 bilhões de cruzeiros têm de sair de algum lugar. De onde sairão? Precisamente do povo, que é quem vai pagar mais caro pelo transporte, pelo pão, pelo leite, pela energia elétrica, pelo vestuário, etc. (e se não houver uma pronta reação popular, também pelos alu-

gões, pois o governo é francamente da liberdade dos preços). Assim, o povo, que sofreria, como tem sofrido, com as emissões, muito sofrerá com os violentos aumentos de preços decorrentes de uma nova e brutal tributação indireta. A isto, acrescenta-se que o ministro não garante a contenção das emissões; pelo contrário, acentua que será inevitavelmente necessário recorrer a elas, em face do déficit orçamentário. Como se vê, na prática a teoria é outra.

Haveremos, entretanto, em face de uma situação sem remédio? Nada disso. Um país como o Brasil, com as infinitas possibilidades que possui, não teria nenhuma razão para suportar as dificuldades atuais, se tivéssemos um governo a serviço do seu povo e não de grupos econômicos estrangeiros e de um punhado de reacionários e exploradores aqui de dentro. Para um governante digno desse nome, seria motivo de vergonha a simples menção — como a feita ao sr. Jânio Quadros — à «contenção do consumo». Todavia, mesmo num plano imediato, é evidente que o governo poderia reduzir fortemente a marcha da inflação se fosse buscar os recursos de que necessita nos setores onde existem tais recursos: taxando os lucros extraordinários, aumentando a arrecadação do imposto de renda, que no Brasil só é pago por quem não tem renda (em 1959, por exemplo, em todo o país, apenas 109 pessoas — 109 e não 108 mil — pagaram imposto sobre renda líquida superior a 1 milhão e 500 mil cruzeiros por ano!), pondo em movimento as imensas potencialidades econômicas expressas não só pelas inestimáveis riquezas com que a natureza dotou a nossa Pátria, como também pelos quase 70 milhões de brasileiros que querem trabalhar, progredir e viver melhor. Esse, porém, é um caminho que o governo não deseja trilhar. Como não segue, igualmente, pela via da defesa do Brasil contra os trustes estrangeiros, controlando as remessas de lucros, de «royalties», de dividendos, e pagamentos e assistências técnicas, etc.

Os dados estão lançados. E o ministro Mariani comete singela ingenuidade se supõe que os trabalhadores, assaltados pela nova política econômico-financeira do governo, irão cruzar os braços à espera de que a miséria lhes bata às portas, para que os ricos de sempre fiquem mais ricos ainda.

Josué Almeida

# Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Anuncia-se a concessão, pelo sr. Jânio Quadros, ao governo do sr. Leonel Brizola, de créditos necessários ao plano de eletrificação do Rio Grande do Sul. O governador petebista, por motivo político facilmente compreensível, foi o melhor contemplado, na reunião de Florianópolis. É sabido que o sr. Jânio Quadros deseja puxar para sua sardinha as brças do populismo.

Em Florianópolis, as reivindicações apresentadas pelos governadores dos três Estados do Sul, todas elas, relacionam-se com o desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento, nas condições específicas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, depende, antes de mais nada, de créditos. Há também questões como a luta dos industriais sulistas contra o processo de desnacionalização de suas empresas, as quais são afetadas pelo sistema de privilégios concedidos ao capital monopolista internacional.

A necessidade de progresso, de ampla industrialização, não cons-

títul singularmente da região Sul, nem da região Centro, nem do Nordeste, nem do extremo Norte. O desenvolvimento econômico de nossas diversas regiões, é imperativo nacional. Esse desenvolvimento, por outro lado, não pode ser efetivado sem a criação de um mercado interno, capaz de absorver uma parte da produção de nossas fábricas. Então apresenta-se a questão da reforma agrária, da liquidação dos latifúndios. Só a reforma agrária dará capacidade aquisitiva a milhões de brasileiros que hoje vivem no interior uma existência vegetativa, uma vida de extrema miséria. Esses brasileiros precisam ter algum dinheiro na mão para comprar o que nossa indústria necessita vender.

Todas essas coisas já têm sido afirmadas muitas vezes. Contudo, nunca é demais repeti-las. Principalmente agora, quando o sr. Jânio Quadros anuncia uma espécie de ato de capitulação em face de imposições do Fundo Monetário Internacional. E em que se resume a política do Fundo Mo-

netário, senão na estagnação do país, no aterroramento de nossa economia às normas ditadas pelos tubarões estrangeiros do moderno colonialismo?

A posição de qualquer governante de país subdesenvolvido que aceite a política dos imperialistas é extremamente falsa, quer se chame esse homem de governo Jânio Quadros ou Arturo Frondizi. Eis porque, logo depois de lançar as bases de sua reforma cambial, o sr. Jânio Quadros se vê na contingência de fazer, no Sul, promessas que contrariam a doutrina da «austeridade» e do cinto apertado, a fim de que «honremos compromissos» de credores, assinados diante da dentura dos lobos colonialistas. Afinal, que devemos fazer com essas disponibilidades financeiras? Envia-las aos credores imperialistas ou invest-las em empreendimentos como esses que estão sendo planejados no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em todo o Brasil? Eis o dilema do sr. Jânio Quadros.



Notas Sobre Livros

Está na livraria um livro que há de interessar a muitos milhares de brasileiros: La Revolución Cubana, de Fidel Castro. É um volume de mais de 470 páginas. Infelizmente não traduzido ainda em português, mas de qual-quer forma acessível a um grande número de leitores. São escritos e discursos do chefe da Revolución Cubana, desde sua autoproclamação ante um tribunal de Batista até a promulgação da lei de reforma agrária e a posição de Cuba em face dos Estados Unidos. É história, mas é sobretudo uma trajetória revolucionária consistente nem país da América Latina e, portanto, uma lição de conduta revolucionária.

Através de um livro como este aprende-se concretamente o que é uma revolução, uma revolução em nossa época. Al menos um balanço completo do que era Cuba sob a ditadura de Batista, simples colônia dos banqueiros norteamericanos, do que foi a Revolución Cubana até a aplicação das primeiras medidas de caráter revolucionário pela libertação nacional, e não é difícil concluir qual o caminho que seguirá o povo cubano daqui por diante. Porque La Revolución Cubana é também um repertório de ensinamentos de que a contra-revolução não se detém ante qualquer obstáculo para fazer retroceder a revolução e tentar comagá-la.

Fidel Castro mostra que uma verdadeira revolução não é apenas a luta armada, por mais cruenta que seja esta. A revolução continua, quando se dispõem as armas — sob as mais diferentes formas, com as táticas mais diversas. O inimigo não se compele com a derrota e, enquanto respira, busca forças externas que o reanimem, e quando há o menor sinal de compaixão por parte dos revolucionários, levanta a cabeça e desfere golpes traiçoeiros que podem ser mortais à revolução.

São extraordinariamente instrutivos, neste sentido, estes dois anos e pouco da Revolución Cubana: um presidente da República que não suportou o empuxo revolucionário, combatentes que desertaram ao se iniciar a etapa não armada da revolução, dirigentes operários que aspiravam a simples reformas de cúpula e se abismaram e fugiram com a profundidade das transformações revolucionárias.

Ante acontecimentos como estes, comuns a todas as revoluções, os contra-revolucionários repetem monotonamente: a revolução devora seus próprios filhos. Pretendem confundir os autênticos filhos da revolução com rebeldes espúrios. Por acaso a Revolución Francesa se deteve com as deserções ainda mesmo de vulto conjunções de alguns de seus primeiros chefes? Ao contrário, a própria onda revolucionária gerou novos chefes e estes conduziram as forças revolucionárias. Por acaso a revolução socialista na Rússia perdeu seu impulso com as capitulações, os estibamentos, as trações? E como se estes processos eliminatórios fossem uma exigência de própria organização revolucionária para poder desenvolver, ganhar novas forças e vencer novas etapas.

Estes fenômenos, emainos o meio século de revolução em que está mergulhado o mundo, são inevitáveis e necessários, sempre que, como dizia Marx, se faz ocupar o lugar da frase.

A Revolución Cubana atingiu já esta etapa decisiva: o fato ocupou o lugar da frase. A reforma agrária, a reforma urbana, a nacionalização da indústria, já não são palavras bonitas proferidas em Sierra Maestra. E desde que se tornaram realidade, feriram interesses e despertaram ódios à revolução. Mas também, porque se tornaram realidade, ajudaram a fortalecer as forças revolucionárias e a revolução continua sua marcha. O Livro de Fidel Castro — La Revolución Cubana — é precisamente a rota percorrida desde o sonho até a realidade.

POBRE CIDADE

Fico olhando de minha janela a verdadeira multidão que se aglomera diante do canal de uma obra em construção para apanhar água. Passamos onze dias sem té-la, uma gota sequer e apesar do governo declarar que o fornecimento de água à cidade está resolvido, há dias que ela não chega. Olho os que se agacham para apanhar em baldes de fiandras, de matéria plástica, de ferro, um pouquinho d'água que só servirá para um banho rápido, porque é água salgada, água do mar.

Há gente de todas as cores e de todas as idades; há garotinhos que estão com um negócio montado. Vêm oferecer na nossa porta: — "Custia vinte cruzeiros a lata, mas amanhã acho que vai ser mais". São comerciantes em potencial, se bem que não tenham tido, naturalmente, conhecimento do último discurso do presidente. Que remédio senão comprar alguns baldes? E para cozinhar? Como estarão comendo os moradores pobres desta tão bonita Copacabana? A vizinha chora mgoas com dois filhinhos pequenos; não me parece que tenha um orçamento capaz de atender às suas necessidades deste momento. Mas quem de nós o tem?

Ando pelas ruas; aquelas caixas que Sette Câmara mandou (com a ajuda do comércio) instalar nas esquinas em sua campanha pela limpeza da cidade, estão cheias até o topo. Ninguém passa para apanhar o lixo. Os meios-fios inundados; lama por toda parte.

Olho a cidade e penso como ela tem sido vítima dos maus governos. Sempre os mesmos problemas que são deixados de lado para atender — como agora — às exhibições, aos atos ridículos, ao desenfreado de ódios em que estamos vivendo.

Lá vem um homem carregando no ombro uma vara; cada ponta há uma lata d'água. Até parece um chinês antes da revolução; um chinês que continua existindo em Formosa. Gostaria de ser boa fotógrafa para neste momento bater uma chapa daquele homem equilibrando latas.

Faz calor, muito calor, e a praia e o mar mandam apelos violentos. Ao menos poderemos refrescar o corpo. A praia está imunda, ninguém mais cuida dela, mas afinal é a única alegria que ainda temos de graça. Digo isso a um amigo e ele pede: — "Por favor, não repete isso, não fala nisso, senão Carlos Lacerda é bem capaz de começar a cobrar entrada."

Há muitos anos não se viveu tão mal e tão tristemente. Ninguém sabe nada do dia de amanhã. Poderemos ser engolidos pela lama, pela argenteante falta d'água, pelo terror desencadeado. Pessoas honestas são humilhadas pelas célebres comissões de sindicância; pessoas humildes são amagadas pelos horários e salários que não dão para nada.

— Só temos paisagem. É de paisagem que vivemos. Revigoramos nossas forças com a beleza das nossas paisagens.

— Gostaria tanto de rir, mas o momento não é para risos.

Andam frases soltas no ar e a cidade mal amada, suja, parece repetir certas frases como o eco.

Tópicos Típicos

O JORNAL DO BRASIL, de sexta-feira última (24-3-61) publicou uma notícia extraordinariamente pitoresca na página 1 do segundo caderno. Uma notícia que há de ter passado despercebida a muita gente e que diz respeito a um grande pintor espanhol chamado Josep Torres Capalans, que teria falecido no México, em 1896. Acontece que, segundo revela o JORNAL DO BRASIL, tal pintor nunca existiu; foi inventado pelo crítico Max Aub.

Max Aub pregou uma peça na crítica especializada: pintou ele próprio alguns quadros e atribuiu-os a Capalans. Quem era esse Capalans? Ninguém. Um personagem de ficção, criado por Aub.

Como era preciso dar evidência ao personagem, Max Aub escreveu-lhe a biografia, pela qual o público ficou sabendo que Capalans convivera com Picasso, Max Jacob e Apollinaire, em Paris, antes da primeira guerra mundial, época em que revolucionou a pintura europeia, vindo, em seguida, a residir no México, onde teve sessenta filhos de mulheres índias diferentes e onde o crítico veio a conhecê-lo, velho, harrigido e careca, pouco antes de sua morte.

Editada a biografia do pintor, organizou-se uma retrospectiva da obra do grande mestre falecido e desoberto por Max Aub, e o sucesso da exposição foi marcante. Um crítico chegou a dizer que fora finalmente encontrado o elo que faltava entre Cézanne e o cubismo!

Agora, por ocasião do lançamento da tradução francesa do seu livro sobre Capalans, editado pela Gallimard, Max Aub resolveu confessar, com respeito das implicações jurídicas do caso, que tudo era invenção sua, que o livro era um romance e não uma biografia e que ele mesmo tinha pintado os quadros atribuídos a Capalans.

Há uma natural perplexidade e um constrangimento generalizado entre as vítimas da mistificação.

Recordando-nos, a propósito, de uma outra mistificação célebre no campo da arte: o ardid empregado por um jovem poeta italiano chamado Ollindo Guerrini, que publicou, em 1877, um volume de poemas "póstumos" de um certo Lorenzo Stecchetti, que, pouco antes de morrer, tuberculoso, lhe havia pedido que se encarregasse de publicá-los. Os versos fizeram sucesso e o público veio a saber que Stecchetti não existia jamais e os versos eram mesmo de autoria do saudável Ollindo. Houve, então, a mesma perplexidade, o mesmo constrangimento, da parte dos iludidos. E os críticos, irritados, escreveram artigos em que o expediente era duramente condenado.

É possível que deste incidente que envolve o crítico Max Aub resultem reproches e advertências, através dos quais os críticos venham a manifestar seus sentimentos de desconfiança, inquietação, decepção ou irritação. Mas, por enquanto, as vozes de tais críticos ainda não se fizeram ouvir, talvez por causa da enorme gargalhada de todos os que, como nós, nada tendo com o assunto, estão se divertindo imensamente com ele. Aliás, convenhamos: o incidente se presta muito mais para o riso do que para digressões edificantes.

Pedro Severino

REFORMA UNIVERSITÁRIA: BANDEIRA DE LUTA DO ESTUDANTE BRASILEIRO



Estudantes querem que mude

O descalabro que reina nas universidades brasileiras vem originando lutas estudantis há vários anos. Diversas tentativas têm sido feitas pelos universitários para moralizar o ensino superior no Brasil.

UNIVERSIDADE PATRICE LUMUMBA (AMIZADE DOS POVOS) ABRE INSCRIÇÕES

O Instituto Patrice Lumumba (Ex-Universidade da Amizade dos Povos) forma engenheiros mecânicos, engenheiros de minas e de construções, na Faculdade de Engenharia; agrônomos e zootécnicos, na Faculdade de Ciências Agrícolas; médicos e farmacêuticos, na Faculdade de Medicina; físicos, matemáticos, químico-biologistas na Faculdade de Ciências e de Ciências Naturais. Além disso, a Universidade conta com uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Ciências Econômicas e de Direito, onde se preparam, respectivamente, historiadores, especialistas da língua russa e da literatura, economistas, especialistas da planificação da economia e do direito internacional.

- cópia do certificado de estudos;
  - certidão de idade;
  - atestado de saúde;
  - duas fotografias, com o nome no verso.
- O candidato deve igualmente:
- indicar a Faculdade que escolheu;
  - a especialidade que queira adquirir;
  - fazer uma lista dos documentos remetidos.

A duração dos estudos é de 5 anos na Faculdade de Medicina e de 4 anos nas outras Faculdades.

Admitem-se na Universidade cidadãos dos países da Ásia, África, América Latina e União Soviética até a idade de 35 anos independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade ou religião e que já tenham feito seus estudos secundários. As pessoas que não possuam instrução secundária podem entrar na Faculdade Preparatória para terminar os seus estudos secundários em lapso de tempo de 1 a 3 anos.

Serão também admitidos na Faculdade Preparatória as pessoas que tenham instrução necessária, mas não conheçam a língua russa.

É indispensável juntar aos pedidos: — autobiografia;

Travessa Donasko, 7; 5-1; Moscou — URSS.

Por decisão do Conselho da Universidade, os candidatos serão convidados a ir a Moscou no mês de agosto a fim de se submeterem a exames em função da Faculdade escolhida.

Todas as matérias são ensinadas em russo.

O ensino é gratuito. A Universidade assegura a todos os estudantes bolsas de estudo, assistência médica gratuita e lugar na cidade universitária (membros da família não incluídos).

A Universidade se encarrega das despesas de viagem até Moscou e das despesas de viagem para a volta, depois do fim dos estudos.

As despesas de viagem dos estudantes no estrangeiro ou no seu país natal durante as férias não estão a cargo da Universidade.

Os pedidos de admissão serão recebidos, em Moscou, até 30 de abril. Os estudos começarão em 1º de setembro.

Conselho da UNE Aprova Plano Para o Seminário de Reforma Universitária

Sob a presidência do estudante Carlos Heitor, e contando com a presença de representantes de mais de 16 escolas, reuniu-se no dia 20 do corrente o Conselho da União Metropolitana dos Estudantes. A ordem-do-dia da reunião foi a seguinte: 1) Seminário de Reforma Universitária e 2) Trote coletivo de calouros.

Sobre o primeiro ponto da ordem-do-dia foi informado o estudante Carlos Heitor, vice-presidente da entidade. Em rápidas palavras falou da importância para o estudante carioca da realização de 7 a 11 de maio, de um Seminário de Reforma Universitária no Estado da Guanabara. A seguir expôs detalhadamente o plano da diretoria visando concretizar esse objetivo. O Plano, segundo foi explicado, será o seguinte:

1º — O Seminário da UME será uma fase preparatória para a participação da Entidade no próximo Seminário de Reforma Universitária a ser promovido pela UNE.

2º — Inicialmente cada Faculdade criará uma comissão destinada a elaborar o seu próprio relatório.

Esse relatório será posteriormente discutido e aprovado em Assembleia Geral promovida pelo Diretório Acadêmico.

3º — Os resultados dessas reuniões serão levados aos Seminários por Especialidade: Seminários das Faculdades de Medicina, de Direito, de Engenharia etc.

4º — Finalmente haverá o Seminário Estadual que somará os resultados dos Seminários por Especialidade e tirará a média das opiniões a serem levada ao Seminário Nacional.

Para que todos os estudantes se interessem e participem dessas realizações, a UME tem em vista um amplo plano de propaganda onde estão incluídos: um inquérito objetivo par fazer o levantamento dos principais problemas educacionais da Guanabara; Conferência nas Faculdades sobre diferentes temas da Reforma; confecção de cartazes, etc.

A comissão coordenadora

A seguir foi apresentada e aprovada a seguinte comissão coordena-

Os estudantes brasileiros estão há alguns anos empenhados numa de suas mais decisivas batalhas em prol da reestruturação dos princípios e da prática do ensino universitário. O atual desenvolvimento do país exige que a educação superior se faça de acordo com as exigências de nossa época, do momento histórico que vivemos.

A esclarecer a Universidade, conhecida pelos nossos mais eminentes pedagogos e denunciada pelos estudantes brasileiros, vem alcançando aspectos sumamente prejudiciais à formação cultural do povo brasileiro.

A luta do estudante.

A atividade dos estudantes brasileiros em prol da reforma da universidade no Brasil tem-se traduzido pelas lutas para aumento de verbas das escolas superiores, criação de universidades federais, melhor utilização das verbas existentes, autonomia universitária, etc. Atualmente, as lutas isoladas englobam-se em um conjunto de reivindicações compreendidas — como necessidade impostergável a fim de que se coloque o ensino superior brasileiro ao nível das aspirações de nosso povo.

Educação e desenvolvimento

Somos talvez o único país que pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica, afirma o professor Darcy Ribeiro. Essa denúncia do insigne educador traduz o desequilíbrio de nosso ensino em relação ao desenvolvimento, e que representa uma crescente carência de elementos especializados. Em 1958, havia apenas 14 estudantes para cada grupo de 1.000 pessoas em idade escolar superior, de 20 a 24 anos, contra 300 nos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, de um total de matrículas de 75.486 estudantes 44.999 cursavam Direito, Economia e Filosofia, enquanto apenas 16.874 estudavam cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia e 11.705 faziam Engenharia, Química e Arquitetura. Somente 2.378 estudantes dedicavam-se à Agronomia e à Veterinária. Por tais números verifica-se a carência de estudan-

Será em Havana

o Comitê Executivo da UIE

A UNE acaba de receber convite da UIE para participar da reunião do Comitê Executivo desta entidade que se realizará em Havana com o patrocínio da Federação de Estudantes Universitários de Cuba (FEU).

A ordem-do-dia prevista para a reunião é a seguinte:

- 1º — Solidariedade Estudantil Internacional à América Latina na luta contra o imperialismo, pela libertação nacional e reforma da educação.
- 2º — Informe do trabalho desenvolvido pelo secretário da UIE desde o Congresso de Bagdá e as decisões adotadas por aquele Congresso.
- 3º — Celebração do 15º aniversário da UIE.
- 4º — Assuntos vários.

tes de especialidades técnicas que se tornam indispensáveis ao desenvolvimento brasileiro.

As reformas do ensino superior ocorridas até hoje não têm correspondido às necessidades práticas.

Atualmente, a União Nacional dos Estudantes tem-se empenhado em elaborar os pontos básicos a uma reforma do ensino superior que atenda aos anseios da classe estudantil e que esteja de acordo com o nosso desenvolvimento.

Até hoje, a UNE já realizou três seminários pela reforma e democratização do ensino superior, que se desenvolveram durante os anos de tramitação do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora no Senado. Após análises e estudos aprofundados de nossa situação educacional, a UNE elaborou tese que foi apresentada ao I Seminário Internacional de Reforma do Ensino, reunido na Bahia, e onde aprovou a validade de suas formulações. No II Seminário, convocado para este ano, a UNE procurará dar seqüência ao seu trabalho, enriquecendo-o com o novo material que lhe foi fornecido pela prática e pelas pesquisas do movimento estudantil nos últimos meses.

A reforma na prática

Os mais recentes movimentos estudantis têm confirmado a necessidade da reforma universitária: a greve de 105 dias dos estudantes da Bahia, a de 70 dias dos estudantes da Universidade Mackenzie, de S. Paulo, as greves atuais de João Pessoa e Uberaba.

A sucessão de greves e movimentos estudantis atestam a insatisfação dos estudantes em relação ao ensino e a sua disposição de lutar pela concretização de uma reforma do ensino superior que corresponda aos seus interesses e consequentemente aos interesses do país. A campanha pela reforma universitária encetada pela UNE apresenta como objetivos a realização de amplos debates entre educadores e estudantes e um levantamento completo da situação universitária no âmbito de cada escola. Além disso, visa a obtenção de um conjunto de soluções que serão enviadas às autoridades competentes e que servirão de bandeira programática para o movimento universitário brasileiro.

Teatro BEATRIZ BANDEIRA "A VACA DE GUARDA-CHUVA" E "A BARONESA"

As duas não estão juntas como poderá parecer: à primeira vista, «A Vaca» volta no Teatro Rival e marca a estreia de Alda Garrido depois de longo e tenazíssimo inverno, isto é ausência dos palcos do Rio. «A Baronesa» está pertinho, no Teatro D. Inês, apresentada pelo Stúdio «A» companhia de Victor Bria e Pernambuco de Oliveira. A primeira é de autoria de José Gama. A segunda é do imortal José Montele. A primeira trata dos sonhos de uma senhora mais que madura preterida e apaixonada pelo marido, conquistador e adido. Em uma de suas cenas — temporárias — do lar, Madame resolve dá-lo por morto, cobrindo-se de luto, mandando rezar missas, e tudo o mais. Há um casal de filhos modernos. O novo da filha, os pais do novo. A trama se desenrola em torno dos estorços da jovem filha, no sentido de reunir os pais, lançando para isso mão de vários pretextos. Tudo acaba bem, é claro, no palco e na plateia para os fãs de Alda Garrido e de uma espécie de dramalhões. Para quem gosta de teatro, é tudo horrível. A manobra mais que superada de representar da veterana artista, a plada débil, os cenários horrorosos, os efeitos mais que previstos, o rádio provinciano a brincar nos ouvidos dos espectadores, durante os intervalos, tudo ruim. Mas há todo um problema a ser analisado, para se tirar uma experiência. A assistência é totalmente diferente da que é habitual em teatro. E, mesmo sendo noite de estreia, era de se notar a predominância de pessoas modestamente vestidas, havendo mesmo rapazes de camiseta ou de blusão. Não nos creiam, como os preços de Alda Garrido sejam mais baixos que os dos outros teatros. E se consegue interessar às camadas menos favorecidas da população, merece um certo respeito. O problema de fazer teatro para o povo tem aspectos que exigem estudos muito sérios. E de «A Vaca» (o título da peça é motivado por um quadro famoso) passamos à «Baronesa». E agora acudam-me que eu vou mexer com tabus, vou tocar no intocável. A «Baronesa» é subliteratura, texto pretensioso, sem nenhum lampejo de dramaticidade ou de beleza ou de poesia. Nada. Trata de uma pobre e bondosa viúva do tempo do Império, enganada por um vil conquistador, que lhe rouba jóias, dinheiro (fingindo adquirir-lhe o título) o coração e até, no final, o juízo, pois a pobrezinha fica boca de respeito diferente de se preparar. Do espetáculo salva-se a presença bonita de Gracinha Freire, sua voz simpática (então, certos territórios, tal como disseções, fala (tes) e outros, na segunda pessoa do singular) sua ótima dicção tornam os mais audíveis; e Zeni Pereira atriz de grandes possibilidades. O mais é tudo ruim. Francamente entre «A Vaca» e «Baronesa», recomendaríamos a primeira, pois é vulgar em pretensões literárias.

# Constituição Democrática Contra Vontade de Lacerda

Seu capítulo, pelos quais estão distribuídos 81 artigos e alguns dezenas de parágrafos, e mais as disposições transitórias conhecidas como Ato Constitucional dão corpo à carta de alforrias do carioca, a Constituição promulgada na noite de 27 de março último, diante de grande multidão e na presença de altas autoridades federais, estaduais e judiciárias, pelos 30 representantes eleitos pelo povo em 3 de outubro.

O documento, resultado de 3 meses de exaustivo trabalho, reflete na sua heterogeneidade a composição social, política e ideológica dos homens que a elaboraram. Duas correntes (a maioria lacerdista e udenista e a minoria nacionalista e progressista), travaram a batalha para inscrever na Carta aquelas proposições que marcaram a sua conduta durante a campanha eleitoral. Os resultados obtidos foram, em determinados e importantes aspectos, positivos. O povo guanabarrino ganhou uma Constituição democrática que nos capítulos da Ordem Econômica e Social e da Educação e Cultura inscreve postulações nacionalistas e progressistas.

## Vitória da escola pública

Os artigos 54 e 56 do texto constitucional e o artigo 11 das disposições transitórias garantiram a vitória da Escola Pública contra a investida dos grupos ligados à bancada governista. Um dos chamados «pontos de atrito» entre a maioria e a minoria, o problema da destinação dos recursos do Estado ao ensino foi objeto de grandes discussões. A bancada governista usou de todos os meios e recursos para impedir a aprovação dos projetos da bancada nacionalista e daqueles deputados que defendiam o princípio «dinheiro do povo para o ensino público». Manobras e ameaças inclusive foram formuladas com o objetivo de assegurar na Constituição privilégios para o ensino particular, destacando-se nessa atividade o próprio governador, interessado em pa-

gar os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral com os proprietários das escolas particulares que financiaram a sua candidatura. Todos os expedientes foram desmoralizados pela ação firme da minoria e todas as manobras excusas desmanteladas.

O artigo 56 da Constituição diz: «Serão destinados 22% das rendas tributárias do Estado para constituir o Fundo de Educação e Cultura» e o parágrafo 1º desse artigo acentua: «Os recursos do Fundo Estadual de Educação e Cultura serão aplicados, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público e das atividades culturais do Estado».

A consagração do princípio foi reforçada, antes, no parágrafo 1º do artigo 54, que chama ao Estado a responsabilidade de estimular as atividades culturais, principalmente as que refletem a realidade brasileira, e, depois, no artigo 11 das disposições transitórias, que destina pelo menos metade da dívida ativa oriunda do imposto de vendas e consignações sobre café exportado nos anos anteriores a 1961, para a construção de escolas públicas de nível médio e primário.

Ainda no que se refere ao capítulo Educação e Ensino, e apesar da resistência oposta pelos deputados da maioria, ficou consagrado o princípio de que o cargo de professor do ensino primário será provido, exclusivamente, por pessoas formadas pelos estabelecimentos oficiais de ensino normal mantidos pelo Estado.

## Industrialização e nacionalismo

Aspectos também de conteúdo progressista e nacionalista são observados no capítulo referente à Ordem Econômica e Social. Os seus diversos artigos acentuam a necessidade de desenvolvimento econômico. Os parágrafos do artigo 68 desse capítulo assinalam a necessidade de a União promover a nacionalização e a emancipação da sua economia, o planejamento do desenvol-

vimento econômico, deixando claro que a liberdade de iniciativa privada existe desde que esta não contrarie o interesse público, e, finalmente, que o Estado primará de acordo com a lei, quaisquer formas de abuso do poder econômico que visem ao benefício de grupos em prejuízo da coletividade.

Ainda no terreno do ordenamento econômico e social, a Constituição da Guanabara inscreve artigos positivos no que se refere ao problema da agricultura. No artigo 71 e seus parágrafos estão consignadas a necessidade de impulsionar a formação de granjas, sítios e chácaras, de desapropriar e distribuir as terras improdutivas e de proteger os posseiros que, na zona rural, trabalham pessoalmente área não superior a 5 hectares.

No que se refere à industrialização, consagra a Constituição a necessidade do Estado estimular a instalação, na Guanabara, de empréstitos com maioria de capital nacional.

## Derrota da Light

A ação da bancada nacionalista e progressista e de alguns deputados da maioria que não comungam com a política de subserviência lacerdista aos grandes trustes (leia-se Light) que operam na Guanabara, possibilitou a inscrição, no texto constitucional, de proposições de caráter eminentemente popular e contrárias às atividades dessas organizações na Guanabara. No capítulo referente à Organização Administrativa, na seção referente aos Serviços Públicos, os artigos 45 e 46 e seus parágrafos consagram a derrota da Light e suas associadas e a derrubada do monopólio que durante anos mantiveram, e ainda mantêm, explorando setores essenciais da vida guanabarrina. O artigo 45 determinou que ao Estado compete a prestação e administração dos serviços públicos. O parágrafo 3º desse artigo determina que os serviços públicos essenciais serão prestados pelo Estado por administração direta ou

mediante organismos autárquicos, parastatais ou sociedades de economia mista, nos quais o Estado, por si ou em associação com outros Estados ou com a União, tenham sempre 51% das ações com direito de voto e cujos demais acionistas, inclusive os detentores de ações preferenciais, sejam brasileiros ou estrangeiros radicados no país, ou pessoas jurídicas constituídas exclusivamente por sócios ou acionistas que satisfaçam a estas condições!

O artigo 46 dá um golpe de morte no monopólio. Consagra a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica que, entre outras coisas, deverá promover a instalação de usinas termoeletricas, termelétricas ou hidrelétricas, isoladamente ou em cooperação com outros Estados e com a União, para as necessidades de abastecimento do Estado.

Por outro lado, os parágrafos 1º e 2º do artigo 49, que tratam de questão de revisão tarifária para os serviços explorados por concessionárias, permitem ao Estado conhecer a realidade da situação existente nessas empresas (a Light é a principal, naturalmente). O parágrafo 1º prevê que a revisão de tarifas só será efetuada após o tombamento físico e contábil dos bens da empresa concessionária. O parágrafo 2º dispõe que as comissões encarregadas desse tombamento deverão ter um representante dos trabalhadores dos serviços fiscalizados.

## As favelas

A Constituição reconheceu legalmente a existência da favela no Rio de Janeiro. Essa grande vitória foi possível graças à ação da bancada nacionalista, que lutou, inclusive, para a inscrição no texto da Constituição de numerosas outras proposições de alto interesse para a população favelada, que no entanto foram, em parte, rejeitadas pelos membros reacionários da bancada governista.

O artigo 65, no capítulo referente à saúde e assistência social, determina que uma Lei criará um órgão especial incumbido de estudar os problemas da habitação popular, principalmente do tipo «favela». O parágrafo 1º desse artigo determina que o Estado deverá reservar 3% da arrecadação tributária para serem aplicados na urbanização e higienização das favelas.

Muitos outros artigos e parágrafos da Carta consagram posições progressistas e populares, atendendo a velhas e novas reclamações da população guanabarrina. Existem também aqueles de caráter e conteúdo impopular e demagógico, principalmente no que se refere ao funcionalismo. Entretanto, nem por isso a Constituição deixa de ter aquele sentido democrático e em certo sentido progressista ressaltado no início dessa reportagem, sentido que a coloca como a mais democrática e avançada das Constituições estaduais do Brasil.

Se aplicada, e o povo pode lutar pela sua aplicação, poderá proporcionar a execução de medidas de alto interesse para o desenvolvimento da Guanabara e criar condições de vida mais condizentes para os 3 milhões que habitam na cidade que hoje é o segundo grande Estado, economicamente falando, do Brasil.

# Constituição

Dep. MARGULES CORREA DOS REIS

O desenvolvimento das idéias nacionalistas no país foram mais fortes, prevaleceram sobre a vontade do governo de sr. Carlos Lacerda e das forças obscurantistas que o sustentam. A Constituição da Guanabara, elaborada sob a pressão do Poder Executivo, de um governo reacionário que usou de todos os meios, inclusive a corrupção, para transformá-la num instrumento de pressão contra o povo, é hoje uma realidade democrática e constitui um passo a mais na consolidação da autonomia da gente guanabarrina.

Se não é aquela Carta Magna que se desejava e que já era possível se ter, a Constituição da Guanabara não deixa de ser um passo à frente. É um documento progressista em relação às demais constituições estaduais do país.

A vitória da Escola Pública, para a qual foram destinados 22% da renda tributária; a manutenção do atual sistema de aproveitamento de professores para as escolas primárias do Estado; a criação do Conselho de Cultura — foram conquistas importantes no sentido da democratização do ensino. No setor dos serviços públicos essenciais, a Carta consigna a obrigação do Estado em dirigi-los. É, mais, além de impedir, com essa medida, novos avanços da Light, põe um parafuso à sua indiscriminada ação exploradora quando determina que a revisão tarifária só será efetuada após um tombamento físico e contábil da empresa. Vitórias também foram obtidas com a designação de verba correspondente a 3% de receita tributária para ser aplicada na urbanização e higienização das favelas, e que determinou a derrocada da manobra governista para legalizar essas grandes conglomeradas urbanas existentes no Rio de Janeiro. Não se pode esquecer, ainda, a determinação de que participem nos comitês de fiscalização e na direção das empresas onde o Estado é majoritário, representantes dos trabalhadores.

Como toda Constituição, também esta vai exigir esforços para a aprovação das leis complementares que possibilitem a sua justa aplicação. A Carta agora outorgada, pelo que de positivo representa e contém, pode ser um instrumento em favor do povo. Basta apenas que a sua aplicação não seja confiada simplesmente aos que governam. O povo pode e deve, com a força de que dispõe, utilizá-la como instrumento na defesa dos seus interesses, do progresso e da autonomia da Guanabara.



## CHINA A UM METRO DO CÉU

Sob o título acima, o desembargador Aguiar Dias realizou conferência na A.B.I., no dia 21 de março. O tema foi a República Popular da China, onde o ilustre jurista esteve em visita recentemente. Patrocinou o ato a Sociedade Cultural Sino-Brasileira, tendo sido presidido pelo ministro Cunha Vasconcelos.

O conferencista abordou diversos aspectos de sua viagem e que calaram mais fundo em seu espírito, tendo concluído a conferência dizendo que a China está a um metro do céu e continuará caminhando para as alturas.

## Polícia de Lacerda Banca a Valentona e Quebra Tendinhas

Uma comissão de moradores da favela de Curral das Águas (Vila São Miguel), em Magalhães Bastos, esteve presente em nossa redação, a fim de denunciar violências policiais perpetradas pelas tropas de assalto do governador Carlos Lacerda naquela localidade, na noite do dia 20 do corrente.

A busca de cachaça é o motivo, dizem. Alegando a busca e apreensão de bebidas alcoólicas, cuja venda é proibida em favelas — proibição que desconheciam os prejudicados, e que só foi revelada após as depredações feitas — os policiais irromperam contra três tendinhas das seis ali existentes, destruindo mercadorias e ameaçando seus proprietários com a mira de metralhadoras e outras armas. Acrescenta-se que a polícia não levava qualquer mandado ou instrumento legal que justificasse legalmente aquela sua atividade.

Numa das tendinhas, um policial obrigou o proprietário a servir-lhe cachaça sob a ameaça de metralhadora, passando em seguida a destruir o que lá havia: gêneros alimentícios, principalmente, sem se esquecer de quebrar garrafas de cerveja, guaraná e outras bebidas.

Os estabelecimentos atingidos vendem diversas espécies de mercadorias, inclusive medicamentos, sendo, por isso mesmo, bastante necessárias aos habitantes da favela. Os policiais, no entanto, durante suas investidas bradavam que elas «só vendem cachaça» e que devem ser destruídas. Devido às dificuldades financeiras dos moradores, as tendinhas vendem inclusive fiado.

Não ficaram só nas tendinhas. Em sua fúria de destruição e violências, os policiais investiram também contra várias residências, violando-as impunemente. Na de um morador, que se encontrava ausente, arrombaram a porta, destruindo os gêneros de sua dispensa particular, ficando a família desprovida de alimentos, inclusive para seu filho menor.

A Comissão de moradores informou da indignação presente em toda a favela. Procurou entrar em contato com o governador do Estado, tendo obtido apenas falar com o seu secretário que aconselhou que procurassem obter a sua atenção na próxima audiência coletiva, que será dada em Inhauma.

Os prejuízos dos proprietários das tendinhas elevam-se a mais de cem mil cruzeiros. Reclamam ainda que são habitualmente tachados pelos be-léguns de acotadores de marginais. Negam enternecimento tal fato, acrescentando que não se podem prestar por outro lado ao objecto papel de alcaide da polícia. Acresce a isso o fato de que enquanto eles desconhecem os marginais, a polícia os conhece perfeitamente bem, invocando-os inclusive pelos nomes. Exemplo disso foi uma recente investida ali realizada, em que foram presos mais de cem honestos trabalhadores, e dentre os quais a polícia perfeitamente reconheceu os marginais presentes, caprichando até no conhecimento dos apelidos.

## Comunistas Fizeram Festa: Aniversário de Seu Partido

Dentre as múltiplas festividades comemorativas do 39.º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil, teve grande destaque a festa campestre realizada dia 26 no sítio São Bento, em Caxias. Cerca de 2.000 pessoas passaram um alegre domingo ao aprazível local. Pela manhã os presentes tomaram banho de piscina, abrindo o apetite para o churrasco que se seguiu. Pela tarde, três orquestras animaram o baile que se prolongou até às 17 horas, com o concurso de vários artistas das rádios Nacional e Vera Cruz. Ao final da festa foi proclamada vencedora do concurso de Rainha a representante do bairro de Doodoro, que obteve cerca de 27.000 votos, dos 60.000 vendidos. A festa contou com a presença de Prestes, tendo o líder dos comunistas brasileiros pronunciado um discurso na ocasião. Na foto, aspecto do baile.



## Derrotado o governador

Finalmente, depois das pressões e manobras do governador do Estado, foi promulgada a Constituição que irá reger os destinos da Guanabara. A Carta Magna do Estado garantiu ao povo carioca algumas conquistas, principalmente nos capítulos da Ordem Econômica e Social e da Educação e Cultura, onde figuram postulados nacionalistas e progressistas.



## CCRJ comemora aniversário

O Cineclube do Rio de Janeiro está comemorando agora em abril o seu 11.º aniversário de fecunda existência, divulgando as boas obras do cinema de todo o mundo. Na foto, vemos um grupo de sócios do CCRJ.

## MANDADOS DE SEGURANÇA 40% Congregam Médicos, Engenheiros e Dentistas

A luta dos médicos, engenheiros e dentistas pelo restabelecimento da gratificação de 40% sobre o trabalho realizado com risco de vida ou de saúde, que foi revogada pelo presidente Jânio Quadros, continua a se desenvolver em todo o território nacional. Prossegue, conjuntamente, a campanha pela volta ao regime de 4 horas de trabalho para os funcionários de nível universitário superior.

## Mandado de segurança

A Associação Médica Brasileira e todas as suas filiadas e as entidades que congregam os engenheiros e dentistas já deliberaram encaminhar mandados de segurança ao Poder Judiciário, reclamando o pagamento das gratificações por serviços executados com risco de vida ou saúde, que são asseguradas pela Lei 1.711 de 28 outubro de 1952, e que lhes estavam sendo pagas desde o ano de 1958.

## Nível universitário

Além de terem os seus vencimentos diminuídos em 40%, os médicos e demais funcionários de nível universitário das autarquias ainda não estão recebendo as vantagens que lhes são garantidas pelo Plano de Classificação, dentre as quais as determinadas pelo artigo 74, que estabelece: «Os funcionários do nível universitário ocupantes de cargos para cujo ingresso ou desempenho seja exigido diploma do curso superior, perceberão uma gratificação especial sobre os respectivos vencimentos, nas seguintes bases: a) os de curso universitário de duração igual ou superior a cinco anos — 25%; b) os de curso universitário de duração de quatro anos — 20%; c) os de curso universitário de duração de três anos — 15%».

Essas vantagens, que são devidas desde julho de 1960, ainda não foram pagas aos funcionários de nível universitário das autarquias.

## 11 anos divulgando bom cinema

Daquela dia em que um número limitado de pessoas prestigiava o aparecimento da nova entidade, se passaram 11 anos. Durante esse tempo ela pôde se orgulhar de ter prestado valiosos serviços à sétima arte. Foi o CCRJ o precursor dos festivais no Brasil. Realizou durante esses 11 anos numerosos filmes, de acordo com um estudo de determinado gênero de cinema ou da obra de um determinado cineasta. São famosos seus festivais Chaplin, Cavalcanti, e populares seus festivais de balé, apresentados inclusive em São Paulo.

Contribuiu bastante para o enriquecimento da cultura cinematográfica e para a sua divulgação. Foram inúmeros os debates e conferências realiza-

## Precursor dos festivais e divulgador do bom cinema CCRJ Comemora 11 Anos Mostrando Filmes Inéditos

«Extase», o famoso filme tcheco de Gustav Machatty, e um documentário sobre os «50 anos do cinema francês» inauguraram, em abril de 1950, as atividades do Cine-clube do Rio de Janeiro, associação cultural criada graças aos esforços e ao idealismo do jornalista Paulo Brandão. O cartão de visitas da nova entidade que aparecia na então Capital Federal, deixou já marcados os seus objetivos e a orientação que a guiará nos anos subsequentes.

Contando de início com o apoio e o incentivo de um ilustre brasileiro dedicado às coisas da cultura em nossa pátria, o saudoso Roquete Pinto e, depois, com a colaboração entusiástica de Pedro Gouvêa Filho, desde então e até poucos dias diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, pôde o CCRJ desenvolver ininterruptamente, durante seus 11 anos de vida, uma atividade voltada para a divulgação das grandes obras do cinema mundial e brasileiro. «Pal aditivo» do Cine-clube do Rio de Janeiro, como é conhecido, Pedro Gouvêa, hoje o seu presidente de Honra, apolou todas as atividades da entidade, oferecendo-lhe, nos momentos mais difíceis, as condições indispensáveis para o seu funcionamento: sala de projeção, aparelhagem e pessoal técnico para a exibição.

Esses filmes serão apresentados por críticos e estudiosos de cinema, entre os quais Alex Vianny, Pedro Gouvêa Filho e Ruy Pereira da Silva. Os convites para essas manifestações poderão ser encontrados em «Shopping News», à rua Senador Dantas, 80, 7.º andar, e com o dr. Rosendo Marinho, na Câmara dos Vereadores.

## Programa de aniversário

Tendo em vista imprimir um cunho maior às comemorações do seu 11.º aniversário, o CCRJ programou, da mesma forma que o fez no ano passado, quando festejou o 10.º ano de atividades, uma série de primeiras exposições e palestras. O programa foi assim organizado: dia 1 de abril — «Condições do Campo», documentário de Alberto Mauro, e o filme mexicano «Aonde Vão Nossos Filhos», de Benito Alazraki, diretor de «Raíces»; dia 10 de abril — «Arundã», documentário exibido em Bilbao no ano passado, e «As mulheres dos Outros», realização do francês Julien Duvivier; dia 17 de abril — «Transmissão do Poder», documentário da Agência Nacional, e o filme italiano «Inferno na Cidade», de Renato Castellani; dia 24 de abril — «A Arte no Brasil de Hoje», documentário de Gerson Tavares, e, possivelmente, o filme americano «Story of Mankind» (História da Humanidade), em que são apresentados os grandes vultos de nossa civilização, personificados em nomes famosos de Hollywood.

Esses filmes serão apresentados por críticos e estudiosos de cinema, entre os quais Alex Vianny, Pedro Gouvêa Filho e Ruy Pereira da Silva. Os convites para essas manifestações poderão ser encontrados em «Shopping News», à rua Senador Dantas, 80, 7.º andar, e com o dr. Rosendo Marinho, na Câmara dos Vereadores.

O RELACIONAMENTO COM A HUNGRIA, A ROMÂNIA E A BULGÁRIA

# Brasil Descobriu 35 Milhões Que Podem Beber Café

O Brasil, "descobriu" três países na Europa, com uma população de mais de 35 milhões de habitantes habituados a beber café e com possibilidades materiais de consumir outros artigos de sua exportação. Trata-se da Hungria e Romênia, países que os governos anteriores resolveram ignorar, e da Bulgária, de cuja existência jamais havíamos tomado conhecimento. O fato novo, início ao que parece de uma série de descobrimentos e redescobrimientos de países e povos com os quais poderemos comerciar com as maiores vantagens, poderá permitir também, o intercâmbio cultural com populações de velhas e importantes tradições nesse setor.

Acompanhando o ato recente do governo, procuraremos descobrir, resumidamente, para nossos leitores, o que são e o que representam esses países com os quais o Brasil restabeleceu relações.

## Romênia: petróleo é riqueza

Em 23 de agosto de 1944 a insurreição popular derrubou o governo fascista e instalava o Estado democrático. Em 1947, com a abdicção do rei Miguel, cessava o domínio secular da coroa e a Romênia se transformava em República Popular. O grande país balcânico com mais de 18 milhões de habitantes, iniciava a sua grande batalha pela construção do socialismo, pelo progresso e pelo bem-estar do povo. País secularmente dominado pelos grandes monopólios europeus, onde o povo vivia nas piores condições, explorado vilmente, atravessa hoje um período de grande desenvolvimento.

Submetido a um processo de industrialização intensa, produz mais de 2 milhões de toneladas de aço e mais de 1 milhão de toneladas de laminados. A indústria pesada atingiu um alto grau de especialização. Suas fábricas produzem equipamentos petrolíferos, principalmente sondas, maquinaria para a instalação de fábricas de cimento, motores e grupos geradores de eletricidade, material rodante para rodovias e equipamentos para numerosas outras indústrias.

O petróleo é a sua principal riqueza mineral. A produção, em 1960, ultrapassou a 11 milhões de toneladas, o que permitiu o incremento da indústria petrolquímica e da indústria química em geral.

Considerada um dos celeiros da Europa, a Romênia apresenta hoje um alto índice de produção agrícola. Os novos métodos e a

organização socialista da agricultura permitiram esse progresso. Trigo, beterraba, batata e linho são os principais produtos, destacando-se também a vinicultura.

A produção de bens de consumo cresce continuamente, promovendo-se assim a elevação cada vez maior do nível de vida do povo, e o governo dedica especiais cuidados às questões da educação e da cultura. O país dispõe de 4 universidades e mais de 20 mil escolas. Sua população escolar é estimada em mais de 2,5 milhões de jovens.

O país é dirigido por um parlamento, a Assembléia Geral, que escolhe um Presidium de 17 membros encarregado do Executivo e com poderes para designar o primeiro-ministro e os demais componentes do ministério.

## Bulgária

República Democrática Popular instalada depois da queda da monarquia (8 de setembro de 1946), a Bulgária é um dos maiores e mais ricos países da região balcânica. Conta com uma população de 7.800.000 habitantes, ocupando um território de 111 mil km<sup>2</sup>.

Em 14 anos de poder popular, o país, antes atrasado e sem base industrial capaz de proporcionar o progresso, avançou em todos os terrenos. Em 1958 a produção industrial do país era 8 vezes maior do que em 1939, e, nos próximos dois anos, o desenvolvimento atingirá a tal proporção que em apenas 1 mês a indústria búlgara produzirá mais do que se produziu no ano de 1939. Suas riquezas minerais mais importantes são lignito, cobre e alumínio. Suas indústrias, além de material rodante para ferrovias e equipamentos para minas, produz grande quantidade de bens de consumo.

País onde a maioria da população ainda trabalha no campo, a Bulgária, nestes últimos anos, desenvolveu extraordinariamente e modernizou o trabalho agrícola. Somente em 1962 serão destinados à agricultura mais de 14 mil tratores e 5.200 colheitadeiras combinadas. Os principais produtos agrícolas são o trigo, milho, cevada, aveia, centeio, alfafa. A produção vitivinícola também é importante no país.

No terreno da educação e cultura a atenção dispensada pelo governo foi imensa: 20 universidades e 6.500 escolas médias e primárias abrigam mais de 1 milhão de estudantes.

Particular atenção se dedica

à elevação do nível de vida da população. Nos primeiros anos de governo popular foram construídas, nas cidades e no campo, mais de 870 mil habitações, e mais de 1/4 do orçamento nacional é dedicado à assistência médica, ao incremento da atividade cultural e a proteção à infância.

A Bulgária é dirigida por um Parlamento, Assembléia Nacional que designa o presidente da República e o ministério.

## Hungria

Dominada por mais de 3 décadas pelos fascistas que se instalaram no poder após a derrota da revolução popular de Bela Kun, a Hungria libertou-se deles após a última grande guerra. Em 4 de abril de 1945 Budapeste foi libertada pelas tropas soviéticas e no país se instalou um governo democrático. Em 18 de agosto foi promulgada a Constituição que deu ao país um regime de democracia popular voltado para a construção do socialismo.

Com 10 milhões de habitantes vivendo numa área de 93.030 km<sup>2</sup>, a Hungria é hoje um dos países mais desenvolvidos e industrializados da Europa. Sua indústria pesada, principalmente a mecânica, atingiu altos níveis

## A VERDADE SOBRE OS "ALIMENTOS PARA A PAZ"

# Morte do Trigo Brasileiro: Pão Nosso Vem Dos EUA

No momento em que visita o nosso país a missão comercial norte-americana «Alimentos para a Paz», oferecendo como principal mercadoria excedentes de trigo norte-americanos nos termos da Lei 480, convém examinarmos os acordos já assinados com os Estados Unidos, pelos quais compramos quase 3 milhões de toneladas desses excedentes. Os Acórdos do Trigo têm sido exaltados pela imprensa de aluguel, que resalta sobretudo o prazo de pagamento (40 anos) e os juros baixos, bem como a possibilidade de pagamento em cruzados.

## Salazar antes de tudo

Angola: o povo nativo luta contra o opressor colonialista português. A maioria dos países representados na ONU exige um exame da situação naquela colônia e denuncia as atrocidades praticadas pela acurral da PIDE salazarista na região contra os angolezes. O delegado do Brasil, pela primeira vez no organismo internacional, votou certo. Até os Estados Unidos apoiaram a denúncia contra o colonialismo à moda Salazar.

No Rio de Janeiro, entretanto, pela pena muitas vezes sem brilho do sr. Neves da Fontoura, os conhecidos salazaristas irmãos Marinho resolveram estrilar. E lá veio, na edição do dia 28, um editorial largo de 5 colunas e alto de 19 centímetros a esbravejar contra o voto do Brasil, que só os comunistas aplaudiram (?), uma punhalada no povo português (?). E foi tanta a indignação dos irmãos Marinhos, que abriram o jogo de uma vez: nesse caso estão com Salazar e contra Jânio, não admitem de forma alguma que se pense em libertar as colônias portuguesas. Estão dizendo até que se Kennedy insistir em manter o apoio americano à resolução da ONU, o "Globo" será capaz de mudar sua orientação e se libertar do "jugo imperialista"...



## Podem comprar e vender

de produção e a indústria química progride rapidamente. Seu subsolo é rico em minerais, explorando-se petróleo, hulha, ferro, ouro, manganês, bauxita e urânio.

São famosas em todo o mundo as locomotivas e demais material rodante para ferrovias pro-

O Brasil restabelece relações com a Romênia, a Hungria e a Bulgária. Esses países, que hoje apresentam índices de desenvolvimento dos mais altos da Europa, estão em condições de realizar bons negócios com o nosso país, podendo adquirir muito café e outros produtos em troca de equipamento petrolífero e maquinaria que suas indústrias fabricam.

duzidos pelas fábricas, assim como equipamentos para a indústria petrolífera e pesada.

Na agricultura, cujo índice de mecanização é dos mais altos, destaca-se a produção de cereais, batatas e beterrabas.

País que detém um dos mais baixos índices de analfabetismo,

menos de 5%, possui 7 mil estabelecimentos de ensino médio e primário, 15 universidades e 20 institutos de ensino superior.

Uma assembleia nacional de 289 deputados é o poder supremo do país, com poderes para designar o presidente da República e o Conselho de Ministros.

## Negócio para os EUA

Contudo, uma leitura mais atenta ao texto dos Acórdos do Trigo — que, aliás, o governo faz questão de não divulgar — deixa claro que a tão propagada «doação» de trigo não passa, na realidade, de um ótimo negócio para os Estados Unidos.

Pelo primeiro Acordo do Trigo (assinado em 16 de novembro de 1955) devíamos receber em 1956 cerca de 500.000 toneladas de grão e farinha — no valor de US\$ 32,1 milhões, além de pequena quantidade de banha, fumo capreiro e forragem, totalizando pouco mais de US\$ 41 milhões. Pelo segundo Acordo (de 31/12/56) compraríamos dos EUA nada menos de 1.800.000 toneladas, a serem fornecidas em 3 anos, à razão de 600.000 toneladas por ano, num total de 111 milhões de dólares, mais 27,7 milhões de dólares de banha, laticínios, óleos vegetais e transporte marítimo. Este segundo Acordo foi prorrogado em dezembro do ano passado, para que recebamos mais 500.000 ton. durante 1961.

## Apodrecendo

Segundo o texto dos Acórdos, o governo brasileiro recebe o trigo e vende-o aos moinhos, entregando os cruzeiros resultantes dessa venda ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) para que os empreste. Por outro lado, o governo tem 40 anos para pagar os excedentes aos EUA, com juros respectivamente de 5 ou 4%, segundo se decidia a pagar em cruzeiros ou em dólares.

Mesmo que tais vantagens não fossem anuladas, como são por cláusulas lesivas ao Brasil, não haveria porque agradecer ao «irmão do norte» a remessa de excedentes que lá apodrecem em grande quantidade, pois que chegam a ser estocados ao ar livre, ou então exigem elevados gastos de armazenagem do governo norte-americano.

## Dólares anulados

De fato, o governo americano não perde nada com a venda dos excedentes. Muito ao contrário. Dos «cruzeiros do trigo» entregues ao BNDE, uma parcela (de 24% no 1º acordo e 15% no 2º) é entregue ao governo americano para despesas de custeio de sua embaixada no Brasil, programas educacionais, etc. Em suma, para atividades que, de outra forma, exigiriam a entrada efetiva de dólares num total de mais de 24 milhões, ou seja, o antigo câmbio de custo, 2,4 bilhões de cruzeiros. Assim, podemos supor que a Embaixada e os consulados americanos no Brasil tenham sido

construídos com «cruzeiros do trigo».

Por outro lado, já sabemos segundo os 18 itens da SEC 104 da Lei 480, o que os americanos devem fazer com os cruzeiros que vão recebendo ao longo dos 40 anos: comprar terras, materiais estratégicos, pagar instalações militares (como Fernando de Noronha); pagar gastos com exposições agrícolas e industriais, programas do USIS e distribuição de folhetos e filmes de propaganda, etc.

## Submissão

Além disso, os cruzeiros entregues ao BNDE, numa suposta ajuda ao desenvolvimento do Brasil, só podem ser aplicados em projetos aprovados previamente pelo EXIMBANK, segundo estipula o item 3 do artigo 4º do Acordo de 16/11/55. Também o 2º Acordo do Trigo estipula a «aprovação prévia, pelo governo americano, para os financiamentos a serem feitos pelo BNDE» conforme consta de relatório do ministro Macedo Soares ao presidente da República, datado de 26/11/56.

Ora, a Lei 480 do Congresso americano só permite o empréstimo das moedas obtidas com excedentes desde que não se aplique à produção de mercadorias, industriais ou agrícolas, que possam concorrer com mercadorias dos EUA. Eis ao que se reduz a famosa «ajuda ao desenvolvimento»... Pagamos em cruzeiros, mas permitimos a aplicação desses cruzeiros em atividades que, sem isso, nos trariam dólares. Recebemos dinheiro para que o BNDE o empreste, mas deixamos que o governo americano escolha os beneficiários, o que certamente explica os vultosos empréstimos que o BNDE, contra tantos protestos, cedeu à Light.

Igualmente a triticultura gaúcha tem sido gravemente prejudicada com os excedentes norte-americanos que em certas épocas abarrotaram os portos brasileiros. A produção tritícola do Brasil esteve durante muitos anos estacionada em torno de 200.000 toneladas, começando a aumentar em 1946 e atingindo 855.000 toneladas em 1956. Ano passado, a produção tritícola, em todo o Brasil, foi de apenas 300.000 toneladas, numa decadência que meros fatores climáticos ou fraudes de «trigo-papel» não podem explicar.

Na realidade o que ocorre é que os Estados Unidos, com pressões e chantagens propagandísticas sobre governos submissos, tem conseguido realizar as finalidades da sua Lei 480: «incrementar o consumo de produtos agrícolas dos Estados Unidos no estrangeiro» e «expandir a demanda contínua de produtos agrícolas nos mercados estrangeiros». Com a triticultura gaúcha arrebatada por desinteresse do governo enfrentando dificuldades que a elevação do câmbio de custo em nada pode resolver, com a triticultura argentina em decadência, os Estados Unidos terão mais consumidores para seus restos e, segundo prevê a própria Lei 480, tirarão mais condições de acabar com a manobra da aceitação de pagamento em moeda estrangeira para passar a cobrar diretamente em dólares.

## Nota Internacional

## Kennedy Avançou o Sinal

O encontro Gromico-Kennedy, ao que tudo indica, veio aliviar a tensão criada na semana passada em virtude da intempestiva e precipitada decisão do presidente dos Estados Unidos de pretender, como se isso ainda fosse possível, «resolver» a crise do Laos com o envio dos fuzileiros navais. O caminho para as negociações foi aberto e, desde que os norte-americanos e seus aliados e líderes da OTASE se abstenham de intervir militarmente na guerra civil lausiana, será possível chegar-se a um acordo sobre a suspensão das hostilidades e a futura reorganização do pequeno reino incrustado no subcabo asiático.

A crise do Laos, que já se desenvolve há meses, resultou da política intervencionista adotada por Eisenhower e companhia que, a partir do dia em que se formou o primeiro governo neutralista naquele país, manobram com o fim de romper as decisões da conferência de Genebra, de 1954, e para transformar a região numa base de provocação contra a República Democrática do Vietnã e a China Popular. São recentes os acontecimentos que culminaram com o golpe de estado contra o legítimo governo do príncipe Savanna Fuma, fato que levou à guerra civil. Fomentadores do golpe foram os Estados Unidos e seus associados da OTASE, principalmente o Sião e o Vietnã do Sul, que serviram de bases para o ataque contra o exército lausiano comandado pelo capitão Cong Lee. Almentadores dessa situação foram e continuam sendo os Estados Unidos. Prova disso é o avião C-47 que foi derrubado quando sobrevoava o território livre do Laos, provas são também os armamentos fornecidos aos rebeldes e a presença de oficiais norte-americanos como instrutores das forças ilegais.

Essa política de estímulo à guerra civil, entretanto, está condenada ao fracasso, já que nesse terreno sobram recursos ao governo legítimo do Laos para resolver a partida a seu favor. A guerra civil está perdida e disso mostraram estar convencidos os conselheiros militares do presidente Kennedy quando lhe sugeriram o recurso extremo da intervenção direta. E, essa intervenção, pretendida mas de difícil execução, deveria ser precedida da fundamentação ideológica já surrada de «defesa da liberdade de um povo ameaçado pela tirania comunista» e para a qual, como já o demonstrou diversas vezes nesse pouco tempo de governo, o presidente procura encontrar uma linguagem nova. Não foi outro o objetivo de seu dramático «speech» na televisão americana.

Ao sr. Kennedy foi aparentemente fácil encontrar o caminho da ameaça. Difícil foi provocar boa acolhida entre os seus aliados. A Inglaterra respondeu formulando uma nova proposta à URSS para discutir a crise no Laos e resolver pacificamente o problema; a França, pelo seu ministro do Exterior presente à reunião da OTASE, disse bem alto e claramente que a ela interessa a política de negociações e que não está disposta a embarcar em qualquer aventura planejada pelos homens do Pentágono. Até a Nova Zelândia se recusa a embarcar na canoa.

Três ou quatro dias depois do discurso presidencial desenhou-se claramente a situação de isolamento em que se colocaram os Estados Unidos com essa política. Tal fato, reforçado pela atitude serena do governo soviético que não respondeu à provocação, provocou a natural marcha a ré. Aberto o caminho para as negociações, só resta agora que os Estados Unidos se convençam da justiça das propostas formuladas anteriormente pelos soviéticos para resolver a crise, propostas que eles recusaram por acreditarem que as forças que apoiaram destruíram a resistência do povo lausiano e instaurariam um governo reacionário pró-Estados Unidos, e decidiram sentar-se à mesa de conferências para debater francamente com os países interessados na solução da crise. E que o façam, pois o caminho da agressão provocará um incêndio do qual não escapará.

Luiz Gonzaga

# Petróleo da URSS: Trustes e CNP Vetam a Importação

Há duas semanas, as fanfarrias do sr. Jânio Quadros trombetearam para todo o país um bilhete do presidente ao seu ministro da Fazenda determinando a importação de 600 mil toneladas de petróleo soviético e 260 mil toneladas de óleo Diesel da mesma procedência. «A matéria tem a mais alta urgência e prioridade» — terminava o bilhete.

Passadas apenas duas semanas, o crêdo fulminante do sr. Jânio Quadros está reduzida praticamente a nada, pois o Conselho Nacional do Petróleo, virtualmente, decidiu não importar petróleo soviético.

## Vantagens

A importação de petróleo soviético é uma antiga reivindicação dos nacionalistas brasileiros. Já no acordo assinado em meados do ano passado, quando aqui esteve uma missão comercial soviética, foi estabelecido que o Brasil importaria 600 mil toneladas de óleo cru procedente da URSS, além de 200 mil toneladas de Diesel. Entretanto, sob diferentes alegações, o fato é que a importação de petróleo não pôde ser efetivada, apesar de ser do interesse da Petrobrás e do Brasil. Mesmo no caso da importação do óleo Diesel, teve o governo que vencer a resistência das companhias estrangeiras distribuidoras, que chegaram a recusar-se a distribuir o derivado soviético. Mas, quanto à importação do cru, todos os esforços brasileiros foram inúteis, ante a barreira levantada pelas companhias distribuidoras, as refinarias particulares e os elementos a seu serviço enquistados no Conselho Nacional do Petróleo e em outros órgãos.

A importação do petróleo soviético é vantajosa para o Brasil sob diversos aspectos, entre os quais: é oferecido a preços inferiores aos preços de monopólio fixados pelos trustes no mercado internacional; faria com que o nosso país se libertasse do monopólio de fornecimento de petróleo pelos trustes internacionais; significaria uma considerável economia de divisas, uma vez que, como se sabe, nossos pagamentos à União Soviética não são feitos em moedas convertíveis — de que temos escassez —, mas em mercadorias que produzimos.

## Pressionam os trustes

Mal foi anunciado que o Brasil importaria óleo da URSS, e os trustes imediatamente tomaram posição para torpedear esse propósito. Três dias depois do trombeteado bilhete, um dos diretores da «Creole Petroleum Corporation», que explora a Venezuela, anunciou que aquele país deixava de fornecer 65 mil barris de petróleo por dia ao Brasil, em virtude da entrada de petróleo soviético em nosso país. Ora, as 600 mil toneladas soviéticas representariam apenas pouco mais ou menos 13 mil barris por dia e um corte de 65 mil barris como o anunciado pelo truste norte-americano determinaria um déficit de mais de 50 mil barris (mais de 20%) nos suprimentos para o Brasil. O elemento de ameaça e de chantagem estava presente na crítica feita pelo «businessman»: lamentava que o Brasil trocasse «a segurança dos abastecimentos por baixos preços».

A atitude do diretor da «Creole» foi imediatamente seguida por chantagem idêntica por parte dos diretores das companhias estrangeiras distribuidoras: compareceram eles, em comissão, ao gabinete do sr. Geonísio Barroso, presidente da Petrobrás, declarando que iriam reduzir em mais de 30% os fornecimentos ao Brasil. Chegaram mesmo a criar um ambiente de pânico, tendo sido convocados às pressas o sr. Joséfá Marinho, presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Precipitadas e sucessivas reuniões tiveram, então, lugar. Alegavam como pretexto as companhias distribuidoras que, com a alta dos preços, o consumo iria cair, e, portanto, a continuação das importações normais iria levar ao acúmulo de estoques demasiadamente grandes.

Ora, sendo a produção e o comércio de petróleo no Brasil controlados (teoricamente) pelo governo em nome do CNP e não aos trustes que caberia determinar qualquer alteração nas cotas de importação, pois aquele órgão deve ter elementos para prever o comportamento do consumo. De outro lado, sendo o petróleo um dos produtos importados a câmbio de custo, portanto, o câmbio privilegiado, é ao governo e não aos trustes que cabe determinar a quantidade de divisas destinada a tais importações.

A manobra dos trustes era, assim, clara: tratava-se de um golpe de represália em face da anunciada decisão de importar óleo soviético.

## O que fez Cuba

Quando fato idêntico ocorreu em Cuba, e os trustes estrangeiros recusaram-se a aceitar óleo soviético

para refinar e não apenas para distribuir, o que era mais sério), o governo de Fidel Castro soube defender a soberania do seu país, e chegou às últimas consequências: interveio nas refinarias dos trustes. Profissionalizaram as agências imperialistas que a situação era insustentável, que a URSS não dispunha de petroleiros para assegurar o abastecimento normal, etc. O fato é que a situação não sofreu qualquer abalo e hoje ninguém mais se lembra de que Cuba esteve «ameaçada» (pelas agências telegráficas) de ficar sem petróleo...

## A capitulação

E no Brasil? Que fez o sr. Jânio Quadros diante da atitude insolente dos companhias? Não haveria oportunidade melhor para um bilhete. Mas, bilhete não houve... O governo, de calças na mão, apelou para as companhias no sentido de que não reduzissem o abastecimento, invocou a necessidade de uma atitude compreensiva, nesta hora difícil, etc. (como informa «O Globo», por exemplo). Em face disto, as companhias concordaram em tornar menor a redução nos suprimentos, com que ameaçaram. «Apenas 15%», concederam os atrevidos agentes estrangeiros. Em troca, que lhes daria o governo? Claro que isto não foi divulgado, mas o que foi publicado

## Técnico Americano Filma Arquivos da Petrobrás

Encontra-se em Belém do Pará um técnico da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, sr. Porter Bengston, copiando em microfílm os arquivos da Petrobrás na Superintendência da Amazônia. Tal microfilmagem foi solicitada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e teria como objeto a compilação de dados para o estudo da esfericidade da Terra.

armadas de seus países, é de se supor que tais informações lhes dariam um quadro completo dos conhecimentos que a Petrobrás possui do subsolo da Amazônia, para que continuem a ingente campanha contra a grande empresa estatal brasileira.

## Segurança Nacional

O fato é extremamente grave e afeta diretamente a segurança nacional, nesse sentido, o deputado Almino Afonso apresentou um requerimento de informações sobre a questão, em que indagou se o Conselho de Segurança foi ouvido sobre a autorização para a microfilmagem e quais os fundamentos técnicos e legais dessa autorização. Indagou ainda qual o órgão do governo que autorizou a Petrobrás a fornecer suas informações geológicas à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

De qualquer modo, é evidente que a Petrobrás deve cancelar a autorização para microfilmagem de seus arquivos. A título de contribuir para estudos da esfericidade da Terra, a Petrobrás não pode entregar seus mapas geológicos ao estrangeiro, sem ao menos averiguar que utilização será dada a eles.

## Espionagem

Sabe-se, contudo, que as informações que estão sendo filmadas pelo sr. Bengston e alguns auxiliares permitem conhecer o subsolo no que interessa à prospeção de petróleo e até a localização direta de jazidas e, mais ainda, permitem saber de tudo o que a Petrobrás está fazendo na Amazônia, particularmente no terreno da pesquisa geológica.

O que está sendo microfilmado ultrapasou, portanto, a informações aparentemente inocentes sobre a esfericidade da Terra. Referindo-se ao fato na Câmara dos Deputados, observou o líder do PTB, deputado Almino Afonso: «Como se conhecem as artimanhas das grandes companhias petrolíferas e suas estreitas ligações com as forças

# NOVOS RUMOS

## Crianças e Animais

O deputado contou que as crianças estão morrendo no SAM. Morrendo ou vivendo como pequenos animais. Maltratadas. Nusas. Famintas. Dormindo no chão. Aprendendo as mesmas coisas — e outras piores — que poderiam aprender perambulando pelas ruas. Acolhem as crianças para degra-las. Prendem-lhes os pés. Acorrentam-lhes o espírito. Sufocam-lhes as frentes alegrias. Sem uma fruta nas mãos. Sem um carinho. E, principalmente, sem esperanças no dia de amanhã, porque nada lhes ensinam de bom, de útil ou de agradável. E o que foi feito depois da detenção? Continuam morrendo ou vivendo como pequenos animais.

Há crianças morrendo de hidrofobia. Uma doença horrível. E não têm um serviço que cuide de resguardá-las, de salvá-las.

Há um surto de paralisia infantil em São Paulo. Muitas crianças não sobrevivem ao terrível mal. Outras arrastarão os corpos deformados pela vida afora. E as vacinas Salk, nos milhões? As crianças de São Paulo não foram vacinadas?

Há mulheres disputando crianças, diante dos Juizes e dos delegados, como se fossem objetos. E tudo porque as mães não podem criar os seus filhos. E haverá maior infelicidade para uma mulher do que a de não ter uma criança e não poder criá-la? Alegrem-se com o seu primeiro sorriso? Ouvir a sua primeira palavra? Guiá-la nos seus primeiros passos? Guardá-la para o seu amor? Mas nada pode fazer uma pobre mãe que não tem leite para alimentar o seu filho. Nem uma roupa para aquecer-lhe o corpo. Nem um lar. Nem uma cama. Nem o trabalho para um dia. Nem o descanso para uma noite. Nada.

E há aquela criança que foi jogada pela mãe, sob as rodas de um loteamento. Felizmente, escapou. Acredito que ela tenha feito um momento de loucura. É uma sociedade inquietada, desesperada, injusta, que cria esses estados de inquietação, de desespero, de loucura.

O leite está desaparecendo: vai subir. Subirá tanto que as crianças não poderão alcançá-lo. E multiplicar-se-ão, pelas calçadas das ruas, centrais, estendendo as mãos. Em cada esquina há uma criança pedindo esmola. De onde vêm? Para onde irão?

Quando tudo isso acontece e as providências não acontecem em local nobre de jornal importante é anunciada a realização do I Congresso Nacional de Proteção aos Animais. A minha esperança é de que algumas das reivindicações apresentadas em favor dos animais sejam atendidas às crianças, num gesto de generosidade dessa mesma sociedade que se preocupa com os animais.



## Petróleo da URSS para o Brasil

Como grande produtora de petróleo, a União Soviética vem fornecendo a numerosos países da Europa, Ásia e África grandes quantidades de óleo cru, diesel, etc. Atualmente, a URSS abastece todo o mercado cubano de derivados de petróleo. E tudo isso em condições vantajosas (preços mais baixos) e sem nenhuma exigência de ordem política, como o fazem os trustes norte-americanos.

# Brecha na "Elektrobrás": Pode Entregar Dinheiro à "Light"

Está em votação na Câmara a redação final do projeto criando a ELEKTROBRÁS, que será encaminhado à sanção presidencial dentro de poucos dias. Elaborado em 1954 pela mesma equipe de assessores do ex-presidente Vargas que elaborou os projetos da «Petrobrás», do Fundo Federal de Eletricificação e do Plano Nacional de Eletricificação, somente em dezembro do ano passado voltou à Câmara para a discussão final.

## Vitória

A ELEKTROBRÁS representa uma velha aspiração dos brasileiros que querem ver resolvidos os problemas da produção e distribuição de eletricidade, sem crises, sem desigualdade entre as diferentes regiões do país, sem racionalamento e, ao contrário, proporcionando uma fartura de energia que constitua um estímulo ao desenvolvimento industrial do país.

A empresa estatal de energia elétrica permitirá melhor coordenação e ampliação das iniciativas estatais já existentes no setor de eletricidade, como as empresas estaduais de energia elétrica no Rio Grande do Sul (CEEE), na Bahia (COELBA), em Minas (CEMIG), no interior de São Paulo (CHERP e USELPA), as projetadas Hidrelétricas do Vale do Paraíba (CHEVAP) e «Centrais Elétricas de Urubupungá», as grandes empreendimentos de Furna e Três Marias, grande número de pequenas usinas municipais etc.

## Aplicação direta

Mais ainda, a criação da ELEKTROBRÁS significa que os recursos do Estado deverão ser aplicados pelo próprio Estado no interesse de toda a nação, suspendendo-se os empréstimos e doações de milhões e milhões de cruzeiros das arcas públicas para a «Light» e a «Bond and Share».

Nesse sentido, a direção do BNDE deveria indeferir imediatamente o pedido de empréstimo de Cr\$ 1,2 bilhão da «Rio Light S.A.» que se encontra naquele órgão federal de crédito, para que esse montante seja aplicado diretamente pelo Estado, ao invés de transformar-se em capital estrangeiro.

## Brecha para a "Light"

Não há dúvida de que a apro-

vação do projeto da ELEKTROBRÁS apresenta uma vitória dos forças nacionalistas e um passo no sentido da melhoria dos serviços de eletricidade no Brasil. Não é por acaso que ela foi recebida com os protestos de «O Estado de São Paulo», a «Imprensa» de vários outros jornais da «grande imprensa», as manifestações de desgosto de vários sindicatos da indústria de material elétrico que consideraram o projeto uma «ofensa aos princípios da livre iniciativa» (no setor predominam empresas estrangeiras como General Electric, Standard Electric, Siemens, Ericsson, Brown Boveri, Bardella) e o protesto dos Sindicatos da Indústria de Energia Elétrica afirmando que «o capital privado já atende às necessidades do país».

É preciso assinalar, entretanto, que o projeto da ELEKTROBRÁS aprovado pelo Congresso tem sérias brechas, que permitem às concessionárias estrangeiras continuar realizando seus empreendimentos segundo seus interesses particulares e à base dos recursos públicos. De fato, segundo o parágrafo 4º do art. 15 do projeto aprovado, a ELEKTROBRÁS poderá, com autorização do presidente da República, «tomar ações de empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica que não estejam sob o controle da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios».

## Doação ao estrangeiro

Isto significa que a ELEKTROBRÁS poderá entregar recursos à «Light» e à «Bond and Share» em troca de ações, a exemplo da famosa doação de Cr\$ 1,3 bilhões do BNDE à «São Paulo Light». E é esta brecha que explica o telegrama de aplauso à Elektrobrás que a Light enviou ao presidente da República, em hábil manobra que deixou muita gente admirada.

Ainda segundo este artigo 15, em seu parágrafo 3º, a Elektrobrás poderá ser acionista minoritária de empresas destinadas a fabricação de material elétrico, inclusive produção de matérias-primas necessárias a essa indústria (o grifo é nosso). Embora a Elektrobrás tenha como seu encargo inclusive a criação de indústrias de material elétrico, permite-se, neste artigo, que o Estado dê recursos a empresas privadas, que afinal serão concorrentes do em-

preendimento estatal, sem ter o controle de tais empresas, simplesmente abre-se a porta para aquele tipo de intervencionismo estatal tão a gosto das concessionárias estrangeiras, em que o Estado é chamada a intervir nas crises arcando com os ônus e é chamado de «soviético» quando pretende obter não apenas déficits mas também lucros com sua intervenção.

## Perspectivas

Para que a Elektrobrás repita os êxitos da Petrobrás não se pode permitir que recaia sobre ela a responsabilidade exclusiva de levar energia às regiões menos desenvolvidas do país, onde ela é mais escassa e onde os investimentos em eletricidade são menos rentáveis. Por isso, é lamentável que o projeto da Elektrobrás que sobe à sanção do presidente nada contenha sobre as relações entre a futura empresa estatal e os demais empresários que já operam no setor, particularmente a «Light» e a «Bond and Share». O projeto não prevê o tombamento e encampação dessas empresas, e nem sequer a intervenção nos casos em que isto é indispensável a um plano nacional de eletricificação eficaz.

O projeto permite, por omissão, que a «Light» continue operando nas zonas mais fortemente industrializadas e densamente povoadas e, por isso mesmo, mais rentáveis, enquanto a Elektrobrás se destina às zonas mais atrasadas.

Diante disso, os êxitos da Elektrobrás dependem muito da direção e dos Estatutos a lhe serem dados. Tais Estatutos deverão regular as relações entre a Elektrobrás e as concessionárias estrangeiras, sendo evidente que será muito mais vantajoso que a empresa estatal controle a produção e distribuição também nas zonas rentáveis (hoje explorada pela «Light» com recursos estatais), para aplicar nas zonas mais pobres as rendas auferidas nas zonas mais adiantadas. Do mesmo modo, os Estatutos da Elektrobrás devem definir relações entre a produção (que exige maiores investimentos) e a distribuição de energia: o Estado não pode continuar gerando eletricidade e vendendo-a barato às concessionárias estrangeiras para que elas vendam cara aos consumidores.